



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ABAETETUBA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS SOCIAIS**

DANILA CASTILHO DA SILVA

**IMPLICAÇÕES DO PACTO NACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA
(PNAIC)**

ABAETETUBA-PARÁ

2019

DANILA CASTILHO DA SILVA

**IMPLICAÇÕES DO PACTO NACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA
(PNAIC)**

Trabalho de Conclusão do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia, da Faculdade de Educação e Ciências Sociais da Universidade Federal do Pará – Campus de Abaetetuba - apresentado como requisito obrigatório para a obtenção do grau de licenciada em Pedagogia

Orientador: Prof. Me. Adelino Ferranti

**ABAETETUBA-PARÁ
2019**

DANILO CASTILHO DA SILVA

**IMPLICAÇÕES DO PACTO NACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA
(PNAIC)**

Trabalho de Conclusão do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia, da Faculdade de Educação e Ciências Sociais da Universidade Federal do Pará – Campus Abaetetuba - apresentado como requisito obrigatório para a obtenção do grau licenciada em Pedagogia

Aprovado em: ____/____/____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Me. Adelino Ferranti
(UFPA Campus Abaetetuba) – Orientador

Profa. Dra Mariza Felipe Assunção
(UFPA Campus de Abaetetuba) – Avaliadora

Dedico a Deus, por ser meu Senhor e Salvador, por ser tudo que preciso e por sempre me guiar por suas veredas.

“Sejam fortes e corajosos. Não tenham medo e nem fiquem apavorados por causa delas, pois o Senhor, o seu Deus, vai com vocês; nunca os deixará, nunca os abandonará”.

Deuteronômio 31:6

Dedico a minha família e amigos, pelo incentivo e apoio incondicional em todo o curso.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus que diariamente tem sido meu refúgio em todas as situações, transfiro para Ele todos os méritos por cada conquista que até aqui tenho alcançado, agradeço por Seu cuidado e amor em cada detalhe.

Aos meus familiares que sempre me incentivaram nos estudos, suas palavras de apoio sempre me impulsionaram a buscar mais. Agradeço imensamente minha mãe Joicilene, meu pai Daniel, meus irmãos Daniele e Douglas, meu cunhado Fabiano, e minha sobrinha Laura, sem vocês seria horrível sobreviver nessa terra, vocês são meu orgulho e minha alegria. Agradeço ao meu amigo Edilson Lima, por seu apoio e amizade, que Deus o abençoe imensamente.

Minha gratidão ao meu namorado e amigo Marco Antônio, que sempre me apoia e me incentiva, seu amor e cuidado tem sido fundamental na minha vida.

Agradeço imensamente ao Mestre Adelino Ferranti que nos últimos dias aceitou ser meu orientador, no momento que eu já me encontrava aflita ele me ajudou muito sem medir esforços para que fosse finalizado um ótimo trabalho

Agradeço também a Dr. Dinair Leal a qual me acompanhou durante o início da elaboração desse projeto.

Minha enorme gratidão a Dr. Dolores Silva, que não mediu esforços para me instruir na elaboração desse trabalho, que Deus em sua infinita bondade possa lhe abençoar grandemente.

Aos meus colegas de turma que durante todo curso foram maravilhosos, cada trabalho, cada conversa, tudo isso foi fundamental para que eu pudesse está concluindo essa importante etapa da minha vida. Quero aqui destacar cinco amigas que foram mais que especiais para mim durante esse curso, Leilanne MacDovel, Cláudia Saldanha, Regina Siqueira, Lauriane Correa e Daniela Amaral, quero aqui expressar meu imenso amor por vocês, agradecer por cada segundo que estivemos juntas, nossa amizade vai muito além da vida acadêmica, nossos laços são eternos, pois somos ligadas pelo Senhor Jesus.

Agradeço imensamente aos funcionários da Secretaria Municipal de Educação de Abaetetuba que receberam os questionários e me deram todo apoio necessário para que eu pudesse obter os dados necessários para a pesquisa.

Vivo hoje estou aqui
Pois ele decidiu me amar
E então eu posso livre andar

O seu sangue sobre mim
Me comprou, me restaurou
Sem culpa então me tornou

O passado já não mais tem poder pois novo sou
Nele vou viver, posso amar
Toda morte e o sofrer não me assustarão jamais
Pois foi ele quem venceu em meu lugar

Jesus Cristo Rei dos reis
Nos trouxe a redenção
A esperança retornou
Graça e paz nos revelou

Tudo entregar, vou me render, aos seus pés vou me lançar

O passado já não mais tem poder pois novo sou
Nele vou viver, posso amar
Toda morte e o sofrer não me assustarão jamais
Pois foi ele quem venceu em meu lugar

Jesus Cristo Rei dos reis
Nos trouxe a redenção
A esperança retornou
Graça e paz nos revelou

(Projeto Sola- Redenção)

RESUMO

O presente trabalho trata das implicações do Pacto Nacional de Alfabetização na Idade Certa, a pesquisa está vinculada aos fatores que abordam políticas educacionais de alfabetização, o qual se trata especificamente do Pacto Nacional de Alfabetização na Idade Certa (PNAIC). Procurei compreender quais os impactos do programa no processo de alfabetização e letramento, levando em considerações suas metodologias e técnicas linguísticas, assim como, sua eficácia. Partindo de tal pressuposto, meu intuito foi, além de abordar o processo de alfabetização dentro do programa, analisar se os objetivos propostos pelo mesmo estão sendo alcançados com êxito, assim como, compreender seus desafios, limitações e insucessos. Baseando-se nessa perspectiva irei analisar os conceitos de alfabetização descritos por vários autores, principalmente, Magda Soares (2004) e Emília Ferreiro (2015), assim como, descrever como o PNAIC tem sido implantado nas escolas de forma geral. A abordagem metodológica utilizada para a realização da pesquisa foi de cunho qualitativo, sendo a coleta de dados realizada por meio de entrevistas semiestruturadas e questionários.

PALAVRAS-CHAVE: Alfabetização. PNAIC. Limites. Desafios.

ABSTRACT

The present work deals with the implications of the National Pact of Literacy in the Right Age, the research is linked to the factors that approach educational policies of literacy, which is specifically the National Pact of Literacy in the Right Age (PNAIC). I tried to understand the impact of the program in the process of literacy and literacy, taking into account its methodologies and linguistic techniques, as well as its effectiveness. Based on this assumption, my intention was to address the literacy process within the program, to analyze if the objectives proposed by it are being successfully achieved, as well as to understand its challenges, limitations and failures. Based on this perspective, I will analyze the literacy concepts described by several authors, mainly Magda Soares (2004) and Emília Ferreiro (2015), as well as describe how the PNAIC has been implemented in schools in general. The methodological approach used to carry out the research was qualitative, being the data collection performed through semi-structured interviews and questionnaires

KEY WORDS: Literacy. PNAIC. Public policy.

LISTA DE SIGLAS

ANA: Avaliação Nacional de Alfabetização

BNCC: Base Nacional Comum Curricular

CENPEC: Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e ação Comunitária

FNDE: Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação

IES: Instituições de Ensino Superior

INEP: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas

LDB: Lei de Diretrizes e Bases

MEC: Ministério da Educação e Cultura

PCN: Parâmetros Curriculares Nacionais

PISA: Programa Internacional de Avaliação de Alunos

PNAIC: Programa Nacional pela Alfabetização na Idade Certa

PNBE: Programa Nacional Biblioteca da Escola

PNE: Plano Nacional da Educação

PNLD: Programa Nacional do Livro Didático

PNME: Programa Novo Mais Educação

UFMG: Universidade Federal de Minas Gerais

UNDIME: União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação

SAEB: Sistema de Avaliação da Educação Básica

SEMEC: Secretaria Municipal de Educação e Cultura

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1	
POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS E ALFABETIZAÇÃO NO BRASIL	14
1.1 Contextos históricos e pressupostos das metodologias de alfabetização	14
1.2 Diferenças entre Alfabetização e Letramento.....	18
1.3 Conceito de Alfabetização segundo o livro orientador do PNAIC.....	22
1.4 Políticas Públicas Educacionais e a Alfabetização: entre a teoria e a realidade....	23
CAPÍTULO 2	
O PNAIC E AS DEMAIS POLÍTICAS QUE O CERCAM	26
2.1 A Estrutura Organizacional do Pacto.....	26
2.2 A Avaliação Nacional de Alfabetização (ANA) Dentro do PNAIC.....	34
2.3 As Mudanças para 2019.....	41
2.4 BNCC e Alfabetização.....	43
METODOLOGIA	
CONSIDERAÇÕES FINAIS	52
REFERÊNCIAS	54
ANEXOS	
ANEXO A: Logo dos principais programas citados	58

INTRODUÇÃO

Sendo a alfabetização o marco inicial da vida escolar de uma pessoa, compreendermos a importância de se analisar como e quais políticas públicas educacionais têm permeado a temática, partindo do pressuposto de que a alfabetização requer metodologias específicas para seu bom êxito. Sendo assim, procurei analisar especificamente o PNAIC que é um programa do governo que tem o intuito de alfabetizar todas as crianças de rede pública até os oito anos de idade. Dentro de tal questionamento analisei os conceitos mais relevantes para a alfabetização, assim como os que envolvem políticas públicas.

A pesquisa foi realizada depois de uma análise a campo realizada na escola Dom Ângelo Frosi na turma de 5º ano do ensino fundamental, a qual foi feita apenas para observação, contudo, foi verificado um grande índice de crianças analfabetas que estavam com dificuldades nas avaliações. Tendo em vista que, no 5º ano do ensino fundamental, o coerente é que a criança esteja devidamente alfabetizada com habilidades de leitura, escrita e operações básicas de matemática, procurei compreender os fatores que a levam a esta situação mencionada. Com isso, fiz uma entrevista informal com a Professora da turma, a qual afirmou que o principal motivo para a dada situação seria o de cumprir o prazo do PNAIC para que a escola tivesse um gráfico favorável na média de ensino. Intrigada com a situação, procurei analisar como o programa estava sendo executado na escola, e quais objetivos e metas o mesmo prevê em seu regimento.

Dessa forma, percebeu-se que a alfabetização na idade certa, ou seja, até os oito anos de idade, tem sido um dos maiores desafios da educação Brasileira. Segundo Magda Soares em seu vídeo oficial sobre o PNAIC a alfabetização significa um marco de extrema importância para o desenvolvimento contínuo da criança, pois, quando se tem fracasso no início do processo de escolarização o mesmo se torna cumulativo para os anos seguintes.

Para autora, é indispensável que a criança tenha domínio o mais cedo possível das habilidades de leitura, escrita e operações básicas de matemática, pois será ponto de partida para uma vida escolar bem-sucedida.

Partindo do exposto seguiremos a ideia central de nossa pesquisa que é trabalhar em cima da importância de se ter políticas públicas de alfabetização que sejam eficazes e bem utilizadas para que não tenhamos o que Magda Soares (2004) retratou como “fracasso cumulativo” no processo de alfabetização da criança.

A alfabetização de crianças, sempre foi um assunto muito discutido. Muito se fala em alfabetizar a criança o quanto antes, mas muitas questões permeiam esse objetivo, pois, a alfabetização requer metodologias e teorias específicas para que a mesma seja um processo

eficaz. O letramento está muito presente nos dias de hoje, até mesmo em âmbitos não escolares. As crianças vivem em um mundo cheio de estímulos visuais, propagandas, ou seja, desde muito pequenos estão imersos em um mundo letrado. Nada mais natural, estas crianças interessarem-se em descobrir o que quer dizer as letras dos livros, as músicas que escutam, entre outros.

Ao falarmos em alfabetizar crianças e adultos no Brasil, podemos nos referir a práticas diversas de ensino da leitura e da escrita, desde aquelas vinculadas ao ensino de letras, sílabas e palavras com base em métodos sintéticos ou analíticos e que usam textos cartilhados, até as que buscam inserir os alunos em práticas sociais de leitura e escrita. Da mesma forma, podemos nos referir a práticas desenvolvidas em diferentes espaços: na família, no trabalho, na escola. Considerando que esta última é a instituição oficial responsável pelo ensino da leitura e da escrita, podemos considerar que, mesmo nesse espaço, esse ensino tem apresentado certa diversidade. (BRASIL. MEC. PNAIC. 2012, p 5)

A alfabetização e letramento devem ter sua presença na educação infantil, de acordo com Magda Soares (2009), os pequenos, antes mesmo do ensino fundamental devem ter acesso tanto a atividades de introdução ao sistema alfabético e suas particularidades, como também as práticas de leitura e escrita.

Ao analisarmos como o processo de alfabetização e letramento devem acontecer de fato, vemos alguns fatores que segundo Soares (2009) são indispensáveis para alcançar tais objetivos, são eles:

- Compreender o que é lido e escrever de forma que os outros compreendam o que se escreve;
- Conhecer diferentes gêneros e diferentes portadores de textos e fazer uso deles para ler e para escrever;
- Participar adequadamente dos eventos de várias naturezas de que fazem parte a leitura e a escrita;
- Construir familiaridade com o mundo da leitura e da escrita;
- Desenvolver atitudes positivas em relação a importância e ao valor da escrita na vida social e individual

Diversos fatores rodeiam a temática, e uma autora importante que discute o assunto é Emília Ferreiro que buscou um novo olhar para o processo de alfabetização, inicialmente colocando em questões os métodos tradicionais de cartilhas e formas silábicas repetidas.

Consequentemente, Ferreiro se opõe ao conceito de alfabetização entendido como a aprendizagem de duas técnicas diferentes (codificar e decodificar a língua escrita), em que o

professor é o único informante autorizado. Ferreiro defende, então, o conceito de alfabetização que vai em sentido contrário, já que a considera como o processo de aprendizagem da língua escrita. Segundo a autora alfabetização também é uma forma apropriar-se das funções sociais da escrita.

Sendo assim, entendemos o processo de alfabetização como um sistema permeado por diversos fatores que devem ser analisados com cautela, pois se trata do início da vida escolar de cada pessoa, e o mesmo deve ter embasamento teórico metodológico para cada ação.

Sendo assim, nessa questão entra a política pública que estou analisando, o PNAIC, o qual veio com o intuito de resolver tais problemáticas citadas anteriormente. Dessa forma irei analisar como estão os resultados do mesmo, com o objetivo de relacionar seus objetivos e metas aos seus fracassos e êxitos.

A metodologia usada foi a de pesquisa qualitativa e estudo de caso, onde procurei compreender como se dá o processo de alfabetização e letramento no município de Abaetetuba partindo dos pressupostos do PNAIC. Utilizei para coleta de dados a aplicação de questionários, entrevista e conversas informais.

Este trabalho está organizado em três capítulos, onde no primeiro estarei descrevendo o processo de alfabetização ao longo dos anos, descrevendo um pouco de como a metodologia da mesma vem se modificando. No segundo capítulo estarei descrevendo a política pública estudada, PNAIC, e assim como uma breve descrição dos principais programas que o cercam, mencionando também as mudanças previstas para 2019. No terceiro e último capítulo apresento a metodologia estudada, um breve comentário sobre o município e a análise de dados do PNAIC no município. Por fim concluo mostrando um pouco das observações comparativas entre a teoria do programa e o que é realizado no município de Abaetetuba.

CAPÍTULO 1

POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS E ALFABETIZAÇÃO NO BRASIL

A alfabetização é uma das fases mais importantes da vida de uma pessoa, através dos conhecimentos das letras podemos nos inserir melhor no mundo onde vivemos, e como bem sabemos as políticas públicas educacionais são uma forma de elaborar ações para que a educação seja cada vez melhor. Nesse capítulo me proponho a analisar um pouco dos caminhos que alfabetização percorreu ao longo dos anos, assim como compreender a importância de políticas públicas que sejam eficientes para a educação

1.1 Contextos históricos e pressupostos das metodologias de alfabetização

Ao longo dos anos a alfabetização se tornou um marco fundamental para a vida das pessoas, isso se dá pelo fato da sociedade ter evoluído bastante na área educacional. Como bem sabemos, na idade média isso era bem restrito, as mulheres nobres não podiam ir as escolas, contudo lhes era ensinado as letras em casa enquanto os homens eram designados a aprender algum ofício. Contudo, pobres e negros em sua grande maioria não tinham nenhum acesso à educação.

Com o decorrer do tempo, com inúmeras lutas sociais, esse cenário foi mudando, percebemos que ao longo da trajetória histórica da alfabetização seus conceitos metodológicos também sofreram fortes mudanças, inclusive a qual estamos presenciando no momento que nos reporta a compreender através de uma nova perspectiva os paradigmas educacionais que estão sendo abordados nas escolas desde a educação infantil.

No entanto, compreendemos que para a alfabetização ser um processo desenvolvido com satisfação se faz necessário que a mesma seja embasada em princípios norteadores concretos que a direcionem para fins específicos. Para isso, deve-se compreender que esse processo de alfabetização não está limitado somente a sala de aula, é um processo contínuo que acontece em todos os lugares que a criança se encontra.

Esse é um longo processo que se inicia nas creches, passando para educação infantil e assim suscetivamente. A alfabetização inicial é tomada como solução para o problema da alfabetização remediativa de jovens e adultos, entende-se que quando criança a pessoa tem uma maior facilidade de aprender as noções iniciais de escrita e numeração, pois encontra-se numa fase de desenvolvimento propício para a aquisição de conhecimentos.

Ao se falar em alfabetização, inicialmente se leva em consideração dois fatores fundamentais para esse processo, o aluno e o professor, no entanto se faz necessário atentar para um terceiro fator indispensável, a metodologia aplicada. Recentemente era utilizada uma metodologia de decodificação de códigos onde a criança era submetida a um processo que não se atentava para o lúdico na sala de aula, nesse processo era compreendido que a criança só poderia ser alfabetizada depois dos 7 anos, pois acreditava-se que seria quando elas estariam mais maduras para entrar em contatos com as letras e números.

(...) até recentemente, assumia-se que a criança só poderia dar início ao seu processo de aprendizagem da leitura e escrita em determinada idade, por conseguinte, em determinado momento de sua educação institucionalizada: entre nós, no Brasil, aos 7 anos, idade de ingresso no primeiro ano do ensino fundamental. (SOARES, 2009, p. 1)

Segundo Magda Soares (2009), a alfabetização deve acontecer antes mesmo da inserção da criança no ensino fundamental, elas já devem ter acesso ao sistema de escrita e leitura, dando assim um ponto de partida para o processo de alfabetização.

Vale salientar que esse primeiro contato com o sistema de escrita na educação infantil não será abordado com termos complexos pois deve ser uma forma de fazer a criança ter gosto pelas letras, sendo assim, é indispensável uma metodologia lúdica para se abordar nesse primeiro momento, e posteriormente serão trabalhados os demais conteúdos.

Segundo Ferreiro (2001), a escrita pode ser compreendida de duas maneiras muito diferentes e conforme a concepção que sobre ela pode ser estabelecida as consequências pedagógicas mudam drasticamente. Sendo assim as duas formas se tratam de uma representação da linguagem ou como um código de transcrição gráfica das unidades sonoras.

No sistema de representação se envolve fatores de diferenciação dos elementos e objetos e uma seleção do que será retido na representação. Nesse contexto entende-se que uma representação não será exatamente o mesmo elemento inicial, por que nesse caso seria apenas uma cópia de alguma coisa, e a representação é uma forma de se extrair propriedades fundamentais de um determinado objeto.

Logo, se trata de se trabalhar um processo que permite que a criança possa se expressar, onde ela não está meramente decodificando letras e reproduzindo as mesmas sem nenhum entendimento, a criança como agente principal no processo de alfabetização também terá seu jeito de representar as letras como ela entender, isso não implica dizer que a mesma possa fazer de qualquer jeito, mas sim em dizer que ela precisa ter autonomia para aprender da melhor forma para sua compreensão.

A invenção da escrita foi um processo histórico de construção de um sistema de representação, não um processo de codificação. Uma vez construído. Poder-se-ia pensar que o sistema de representação é apreendido pelos novos usuários como um sistema de codificação. Entretanto, não é assim. No caso dos dois sistemas envolvidos no início da escolarização (o sistema de representação dos números e o sistema de representação da linguagem) as dificuldades que as crianças enfrentam são dificuldades conceituais semelhantes às da construção do sistema e por isso pode-se dizer, em ambos os casos, que a criança reinventa esses sistemas. (...). (SOARES, 2001, p. 12-13)

Nesse caso pode-se entender que na construção de conhecimento a criança que está sendo alfabetizada reinventa esses sistemas envolvidos na escolarização, não se trata de criar novas letras e números, mas como se elas estivessem criando representações de acordo com suas próprias regras de produção, isso se dá pelo fato da criança adentrar esse processo como parte dele, e é isso que faz com que ela melhor o entenda.

Para as crianças o sistema de escrita é como uma grande descoberta em uma simples brincadeira de faz de conta, ela pode representar da sua maneira como ela acha que deveria ou poderia ser a escrita, e é nessas descobertas que ela vai se inserindo na alfabetização. Precisamos entender que a criança aprende muito mais quando não está submetida a um sistema sistemático, a sua compreensão vai muito além de simplesmente obedecer a regras.

Nesse processo de alfabetização a criança vai passando gradativamente por uma evolução cognitiva desde o simples ato de cobrir uma linha para a representação gráfica mais complexa das letras até que ela possa distinguir as diversas possibilidades de uma sílaba.

(...) o período silábico-alfabético marca a transição entre os esquemas prévios em uma via de serem abandonadas e os esquemas futuros em via de serem construídos. Quando a criança descobre que a sílaba não pode ser considerada como uma unidade, mas que ela é, por sua vez, reanalisável em elementos menores, ingressa no último passo da compreensão do sistema socialmente estabelecidos. (...) (FERREIRO, 2001, pg. 27)

Um fator determinante para o processo de aprendizagem diz respeito ao método utilizado, isso implica também uma série de questionamentos relacionados a eficácia dos mesmos. No entanto nenhuma dessas discussões tem levado em consideração a concepção das crianças diante da escrita. Precisamos compreender que as crianças são dotadas de conhecimentos próprios, elas têm uma maneira particular de compreensão, e isso não pode ser simplesmente ignorado. O que é fácil pra uma pode ser extremamente difícil para outra e o seu tempo de assimilação se torna totalmente diferente.

É importante salientar que a criança nunca será um agente passivo da construção de conhecimento, não é um simples espectador, ela tem sua própria visão de mundo, sua própria leitura e tudo isso deve ser levado em consideração. Quando o professor consegue ter esse

ponto de vista ele faz com a criança seja parte do processo, isso leva a uma melhor aprendizagem, pois a criança assimila da sua forma o que está sendo ensinado.

Diante desses questionamentos podemos salientar que a alfabetização não ocorre apenas na sala de aula, a criança está cercada de pessoas e situações onde ela se depara com a leitura e a escrita, logo, podemos compreender que a mesma não terá contato com o alfabeto somente na sala de aula, isso faz com que essa criança possa relacionar simultaneamente tudo o que ela vai aprendendo, seja dentro ou fora da escola. Dentro dessa mesma situação também podemos acrescentar que a escola não pode agir como se tivesse o monopólio do conhecimento, ela precisa estar interagindo com todo contexto social que cerca as crianças, isso implica também na escola estar sempre de portas abertas para essa interação social.

Muitas vezes tem-se enfatizado a necessidade de abrir a escola para a comunidade circundante. Curiosamente, no caso onde é mais fácil abri-la é onde a fechamos. A criança vê mais as letras fora do que dentro da escola: a criança pode produzir textos fora da escola enquanto na escola só é autorizada a copiar, mas nunca a produzir de forma pessoal. A criança recebe informação dentro, mas também fora da escola, e essa informação extra-escolar se parece a informação linguística geral que utilizou quando aprendeu a falar. É informação variada, aparentemente desordenada, às vezes contraditória, mas é informação sobre a língua escrita em contextos sociais de uso, enquanto que a informação escolar é frequentemente descontextualizada. (FERREIRO, 2001, P. 38-39)

Com isso, resgatamos o conceito antes mencionado, de que a criança não é um mero espectador que apenas assiste a aula proposta pelo professor, pelo contrário, ela pode e deve interagir de forma ativa nesse processo de aprendizagem, ela também é um ser pensante e cheia de curiosidade que buscam ser sanadas.

Segundo Ferreiro (2001), é necessário que ocorra com urgência uma grande reforma conceitual que tem direcionado os cerne da alfabetização, ao que possa se repensar as metodologias que estão sendo trabalhadas dentro desses aspectos. É necessário que esse embasamento conceitual busque cada vez mais se relacionar com o contexto atual em que as crianças estão inseridas, buscando assim que a assimilação dos conteúdos se torne mais familiares para as crianças.

Diante de tais situações podemos nos indagar sobre quais são os principais pressupostos que fundamentam o atual conceito de alfabetização e letramento, e quais os métodos que eram utilizados antigamente quais estão sendo utilizados atualmente. Para isso podemos trabalhar alguns conceitos específicos dessa fundamentação. A priori destacamos as duas expressões aqui mencionadas, Alfabetização e Letramento.

Ferreiro (1985), trata a alfabetização em um caráter construtivista, a autora compreende que a alfabetização deve ser entendida como um processo de representação da

linguagem, o que vai de encontro com o método de codificação e decodificação, a autora compreende que esse processo se dá por meio da interação entre o objeto e o sujeito. Nesse sentido o principal pressuposto da visão construtivista de Ferreiro sobre a alfabetização se dá pelo fato de a autora compreender que o sujeito busca um mecanismo interpretativo para compreender o sistema de escrita.

Esse fator da pesquisa de Ferreiro mostra que a criança tem uma capacidade cognitiva que a leva a interpretar a língua escrita de forma que a mesma crie um raciocínio lógico que a faça compreender o processo de aprendizagem com uma elaboração pessoal. Essa interpretação que as crianças fazem é o principal fator para se desenvolver nesse processo, levando em consideração tudo que a mesma produz e tudo que ela já aprendeu antes mesmo de ser inserida no contexto escolar.

1.2 Diferenças entre Alfabetização e Letramento

O outro termo utilizado se trata do letramento, alguns autores entendem que ele tem um aspecto igual ao de alfabetização, contudo outros compreendem que a alfabetização tem um contexto mais social da escrita enquanto o letramento se trata de um termo mais técnico quanto ao processo de alfabetização. Contudo são processos indissociáveis.

Dissociar alfabetização de letramento é um equívoco porque, no quadro das atuais concepções psicológicas, linguísticas e psicolinguísticas de leitura e escrita, a entrada da criança (e também do adulto analfabeto) no mundo da escrita se dá simultaneamente por esses dois processos: pela aquisição do sistema convencional de escrita – a alfabetização, e pelo desenvolvimento de habilidades de uso desse sistema em atividades de leitura e escrita, nas práticas sociais que envolvem a língua escrita – o letramento. Não são processos independentes, mas interdependentes, e indissociáveis: a alfabetização se desenvolve no contexto de e por meio de práticas sociais de leitura e de escrita, isto é, através de atividades de letramento, e este, por sua vez, só pode desenvolver-se no contexto da e por meio da aprendizagem das relações fonema/grafema, isto é, em dependência da alfabetização. (SOARES, 2003, p.12).

Soares (2003), enfatiza com clareza, concepções plausíveis para o discernimento de Alfabetização e Letramento, pois para ela, por um lado trata-se da “aquisição de uma tecnologia– o sistema de escrita e as técnicas para seu uso”. Para a autora, esse âmbito envolve, dentre outras, habilidades de decodificação de grafemas em fonemas; habilidades motoras de manipulação dos instrumentos de escrita; habilidades de ler e escrever segundo orientação convencional; habilidades de uso disposição espacial do texto na página; habilidades de manipulação correta dos suportes de escrita. Ao desenvolver práticas educativas relacionadas a essas habilidades estamos no âmbito da alfabetização. Por outro lado, “trata-se do desenvolvimento de competências para o uso dessa tecnologia em práticas

sociais”, que envolvem capacidade de ler e escrever diferentes gêneros de textos, para atingir diferentes interlocutores e objetivos; atitudes de inserção efetiva no mundo da escrita; atitudes que demonstrem prazer e interesse em ler; habilidades de uso da leitura e escrita para encontrar informações, etc. Ao desenvolver práticas educativas relacionadas a essas habilidades estamos no âmbito do letramento (SOARES, 2003, p.14-15).

Soares (2014) resume essa diferenciação em duas ações, para ela alfabetização é o ato de alfabetizar, que se trata de tornar o indivíduo capaz de ler e escrever, e letramento é a ação de letrar, que é tornar o indivíduo uma pessoa erudita, versada em letras, estado ou condição de quem não apenas sabe ler e escrever, mas também cultiva e exerce as práticas sociais que usam a escrita.

A diferença entre alfabetização e letramento fica clara também na área das pesquisas em Educação, em História, em Sociologia, em Antropologia. As pesquisas que se voltam para o número de alfabetizados e analfabetos e sua distribuição (por região, por sexo, por idade, por época, por etnia, por nível socioeconômico, entre outras variáveis), ou que se voltam para o número de crianças que a escola consegue levar à aprendizagem da leitura e da escrita, na série inicial, são pesquisas sobre alfabetização; as pesquisas que buscam identificar os usos e práticas sociais de leitura e escrita em determinado grupo social (por exemplo, em comunidades de nível socioeconômico desfavorecido, ou entre crianças, ou entre adolescentes), que buscam recuperar, com base em documentos e outras fontes, as práticas de leitura e escrita no passado (em diferentes épocas, em diferentes regiões, em diferentes grupos sociais) são pesquisas sobre letramento. (SOARES, 2014, p 23-24)

Esses conceitos nos remetem a compreender que o letramento é um processo constante e que ocorre em todos os lugares, as crianças vivem cercadas de inúmeros textos visuais e auditivos no seu dia a dia e esse contato já faz parte desse processo de letramento. Segundo Soares (2014) a criança que tem esse contato já pode ser considerada de certa forma letrada, isso no sentido dela já ter contato com as letras, a autora afirma que o letramento também é de caráter social, isso implica dizer que mesmo que a criança ainda não saiba ler e escrever no literal ela já consegue estabelecer uma comunicação com as demais pessoas.

Soares (2014) afirma que o letramento é como uma continuação da alfabetização, uma criança alfabetizada sabe ler e escrever, contudo se ela não for letrada não saberá usar as habilidades adquiridas. “Não basta aprender a ler e a escrever. As pessoas se alfabetizam, aprendem a ler e a escrever, mas não necessariamente incorporam a prática da leitura e da escrita.” Segundo a autora, seria um grande problema se ter o conhecimento, mas não saber usá-lo.

Apesar desses dois processos serem complementares eles ainda não podem ser tornar um haja visto que cada um tem um papel fundamental no processo de ensino aprendizagem da criança. Segundo Piccoli (2009) muitos professores desde a década de 80 tem deixado de lado

os conceitos específicos da alfabetização, muitos já não usam os métodos direcionados para ensinar as letras para se atentarem somente para o processo social do letramento, isso faz com que as crianças não tenham acesso ao que tem por trás de um texto, quais são os componentes que o formam, para verem somente o contexto geral da leitura e da escrita.

Em complemento a isso, Soares (2009) afirma que, na educação infantil deve estar presente tanto o sistema alfabético e suas convenções quanto suas utilidades para o contexto social. Reforçando essa ideia a autora destaca ser importante os dois processos educacionais, sempre um complementando o outro.

É importante destacarmos que nesse processo de alfabetização e letramento se encontra diversos fatores que fazem total diferença para que se alcance satisfatoriamente resultados positivos, já mencionamos aqui que existem diversos métodos para execução dessa tarefa, muitos autores já criaram vários mecanismos que podem ser trabalhado em sala de aula com uma metodologia didática e consistente, e diante disso trabalharemos alguns desses métodos e suas diferenças.

Antes de destacarmos tais métodos é importante salientar que na educação infantil as atividades primárias como rabiscos, brincadeiras, pinturas e etc, ainda não são consideradas alfabetização. Mas, segundo Soares (2009), as mesmas já fazem parte de um primeiro contato das crianças com as representações, assim como o exercício do desenvolvimento cognitivo da mesma.

A fase inicial da aprendizagem da língua escrita, constituindo, segundo Vygotsky, a pré-história da linguagem escrita: quando atribui a rabiscos e desenhos ou a objetos a função de signos, a criança está descobrindo sistemas de representação, precursores e facilitadores da compreensão do sistema de representação que é a língua escrita. (SOARES, 2009, p. 1)

Vale ressaltar que isso não anula a importância dessas atividades na educação infantil, é apenas uma forma de organização do processo de alfabetização, essas atividades são indispensáveis para que a criança mais tarde consiga assimilar as ferramentas dos códigos alfabéticos, servem como preparatórias para as atividades mais complexas.

Escrita espontânea, observação da escrita do adulto, familiarização com as letras do alfabeto, contato visual frequente com a escrita de palavras conhecidas, sempre em um ambiente no qual estejam rodeadas de escrita com diferentes funções: calendários, lista de chamada, rotina do dia, rótulos de caixas de material didático, etc. (SOARES, 2009, p.1)

Soares (2009), afirma que a leitura frequente de histórias e o manuseio de livros e ilustrações na educação infantil é uma das principais atividades de letramento dessa fase. É

uma forma da criança se familiarizar com a escrita, pois através dessas atividades a mesma consegue interpretar melhor as letras.

Vale lembrar que a alfabetização na pré-escola não é obrigatória, isso faz com que os professores possam trabalhar livremente os conceitos básicos para desenvolver o cognitivo das crianças.

(...) não é obrigatório dar aulas de alfabetização na pré-escola, porém é possível dar múltiplas oportunidades para ver a professora ler e escrever; para explorar semelhanças e diferenças entre textos escritos; para explorar o espaço gráfico e distinguir entre desenho e escrita; para perguntar e ser respondido; para tentar copiar ou construir uma escrita; para manifestar sua curiosidade em compreender essas marcas estranhas que os adultos põem nos mais diversos objetos (...) (FERREIRO, 2001, p.39)

Com essa concepção sobre a educação infantil e a importância das primeiras noções de letramento que as crianças vão adquirindo passamos para compreender melhor sobre alguns métodos utilizados no processo de alfabetização da educação básica.

Para se entender os métodos de alfabetização destacamos três concepções básicas de linguagem: a tradicional onde a língua é a expressão do pensamento; logo, se falo mal, penso mal; a estruturalista onde a língua é um instrumento de comunicação; e a interacionista onde não existe pensamento sem linguagem. Aprender língua é aprender formas de pensar o mundo e interagir sobre ele.

Antes dos estudos de Emília Ferreiro, onde é estabelecido uma relação interacionista entre aluno e professor, a qual faz com que o aluno não seja mais um mero ouvinte do processo de educação e sim um agente ativo participante desse ensino, os métodos básicos utilizados para alfabetização eram os sintéticos onde partem de elementos menores que a palavra, priorizava o ensino de leitura (decodificação) e os analíticos onde partem da palavra ou de unidades maiores.

No método sintético encontramos uma metodologia que faz relação entre o oral e o escrito, fazendo questão de se ensinar sílaba por sílaba, palavra por palavra, esse método é também conhecido por trabalhar sempre de uma parte menor para um maior. Nele também é enfatizado a repetição de palavras e sua decifração. Esse método foi muito criticado pelo fato de ser mecânico e repetitivo, isso faz com que as crianças não deem atenção o suficiente para compreenderem o que lhes é ensinado.

Em contrapartida a esse método também tem o analítico, que trabalha com um conceito de metodologia onde é feita uma leitura mais global, ou seja, eles partem de uma parte maior para uma menor, nesse método é levado em consideração o contexto da leitura onde as crianças conseguem compreender o sistema alfabético em sua totalidade e de forma

mais ampla. O método analítico é bem mais aceito pelos grandes estudiosos pelo fato dele ser mais dinâmico e interdisciplinar, eles acreditam que a compreensão das crianças é melhor desenvolvida quando ela conhece primeiro o todo pra depois conhecer suas partes.

É importante destacarmos que esses métodos foram igualmente criticados baseados nos novos modelos e ensino baseados no construtivismo e interacionismo, onde a criança é direcionada a se apropriar do sistema alfabético. Para Ferreiro e Teberosky (1985), através dessa apropriação a criança ganha autonomia para criar e interagir com os diferentes gêneros textuais, assim como percebem com maior facilidade suas funções.

Em seu artigo sobre Alfabetização e Letramento, Maici Duarte Leite e Priscila Meier de Andrade Tribeck, nos dão um pequeno resumo de como os métodos de alfabetização mudaram ao longo dos anos.

Historicamente o processo de alfabetização passou por 4 grandes momentos. A alfabetização pelo método da soletração, também chamado de método alfabético (da Antiguidade e Idade Média); dos métodos sintéticos e analíticos (do século XVI até a década de 1960 do século XX); da psicogênese da escrita (da década de 60 até meados da década de 80 do século XX) e finalmente o quarto momento, da alfabetização e letramento (da década de 1980 aos dias atuais) proposto a partir da reflexão sobre a função social da escrita. (2015, p.1)

Existem vários outros métodos que são utilizados no processo de alfabetização, não se pode especificamente dizer quais dão certo ou não, tudo depende do contexto em que se está sendo aplicado. Nosso intuito não é dizer qual é bom ou qual é ruim, estamos expondo os conceitos e como os mesmos são vistos pelos estudiosos. Para não nos prendermos em explicar especificamente todos os métodos e suas características, passamos a conceituar como o PNAIC, que é o cerne dessa pesquisa, trabalha o conceito de alfabetização e sua metodologia.

1.3 Conceito de Alfabetização segundo o Livro Orientador do PNAIC

No livro orientador do PNAIC, do MEC, o conceito de alfabetização está voltado para o modelo interacionista onde se estabelece o fato de que um indivíduo alfabetizado é aquele que não só consegue ler e escrever, mas também sabe utilizar o texto no contexto social. Quando a criança consegue ter autonomia para estabelecer comunicação própria com os diferentes textos que a cercam pode-se dizer que ela está respondendo positivamente ao processo de alfabetização, esse livro formador se fundamenta em concepções de alfabetização que sejam práticas baseadas na inclusão e no respeito à heterogeneidade.

Esses conceitos trabalhados no livro orientador do PNAIC condizem com as teorias propostas por Magda Soares e Emília Ferreiro em seus estudos sobre alfabetização. O livro

aponta para os principais métodos de alfabetização e letramento dessas autoras que implicam principalmente no interacionismo e construtivismo, assim como a distinção entre alfabetização e letramento sempre colocando os dois conceitos como complementares.

Alfabetizar e letrar são duas ações distintas, mas não inseparáveis, ao contrário: o ideal seria alfabetizar letrando, ou seja: ensinar a ler e escrever no contexto das práticas sociais da leitura e da escrita, de modo que o indivíduo se tornasse, ao mesmo tempo, alfabetizado e letrado. (SOARES, 2014, p. 47)

Outro quesito fundamental que o livro orientador do PNAIC traz sobre o processo de ensino aprendizagem diz respeito aos ciclos de alfabetização dos anos iniciais. Um ciclo de alfabetização é compreendido por um tempo determinado de três anos (600 anos letivos) onde é trabalhado ininterruptamente a inserção da criança no processo de leitura e escrita com suas demais utilidades, tendo uma compreensão dos textos.

Ao final do ciclo de alfabetização, a criança tem o direito de saber ler e escrever, com domínio do sistema alfabético de escrita, textos para atender a diferentes propósitos. Considerando a complexidade de tais aprendizagens, concebe-se que o tempo de 600 dias letivos é um período necessário para que seja assegurado a cada criança o direito às aprendizagens básicas da apropriação da leitura e da escrita; necessário, também, à consolidação de saberes essenciais dessa apropriação, ao desenvolvimento das diversas expressões e ao aprendizado de outros saberes fundamentais das áreas e componentes curriculares, obrigatórios, estabelecidos nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de Nove Anos. (BRASIL. MEC. PNAIC. 2012, p 17)

O ciclo de alfabetização é uma proposta intencional que buscar trabalhar um determinado objetivo dentro de um tempo pré-estabelecido, enfatizando sempre na questão de que a alfabetização é um direito da criança. Com isso é proposto habilidades básicas que devem ser alcançadas em cada ano do ciclo.

Diante dessas questões para o MEC, baseado na lei nº 11.274/2006, a criança deve estar alfabetizada ao final desse ciclo, o que corresponde ao 3º ano do ensino fundamental menor, quando a criança se encontra em média com 8 anos. Essas questões serão melhores detalhas no capítulo 2 sobre o Pacto Nacional de Alfabetização na Idade Certa (PNAIC).

1.4 Políticas Públicas Educacionais e a Alfabetização: Entre a Teoria e a Realidade

Quando falamos de políticas públicas muitos conceitos são expostos para tentar organizar o que esse termo engloba, contudo, é necessário atentar para o sentido do mesmo.

Principalmente quando se trata de políticas públicas educacionais, onde se trata especificamente da área da educação, que é bastante ampla.

As principais mudanças em termos de política pública educacional no país ocorreram a partir da Constituição Federal (1988) que influenciou na construção de outras leis que visavam regulamentar as etapas de ensino estabelecidas. Assim, a unidade do sistema de ensino nacional tem sido centralizada nessa Constituição Cidadã e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394/96, sendo assim, a busca pela melhoria do sistema de ensino tem sido questão perseguida pela gestão educacional que reavalia os paradigmas gerenciais passando a afirmar a gestão democrática como novo modelo para o sistema de ensino, abrindo espaço a participação da comunidade escolar e local. (FREITAS, 2000, p 10).

Souza (2003) fez uma interessante organização sobre algumas das principais definições sobre políticas públicas, as quais podem ser apresentadas pelo seguinte quadro:

Autor	Definição de políticas públicas	Ano da obra
Mead	Campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas.	1995
Lynn	Conjunto específico de ações do governo que irão produzir efeitos específicos.	1980
Peters	Soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vidas dos cidadãos.	1986
Dye	O que o governo escolhe fazer ou não fazer.	1984
Laswell	Responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por quê e que diferença faz.	1958

Após esse exercício, a autora apresenta o seu entendimento sobre as políticas públicas, como sendo o:

Campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações e ou entender por que o como as ações tomaram certo rumo em lugar de outro (variável dependente). Em outras palavras, o processo de formulação de política pública é aquele através do qual os governos traduzem seus propósitos em programas e ações, que produzirão resultados ou as mudanças desejadas no mundo real. (SOUZA, 2003, p. 13).

As políticas públicas educacionais são, em sua maioria, direcionadas para a melhoria da didática de ensino das escolas públicas, contudo o que vemos em nossa realidade é um descompasso no que se refere ao conteúdo teórico dos projetos e programas vindos do governo e o que está sendo colocado em prática nas escolas, e isso atinge diretamente a

eficácia do ensino. Partindo disso, compreendemos a importância das políticas públicas para que sejam viáveis, e que, principalmente, recebam apoio para serem executadas, haja vista que, se a escola não tiver suporte para desenvolver o trabalho proposto nos programas, a mesma não poderá realizar com êxito o mesmo, deixando assim o ensino à mercê de metodologias rasas, como afirma Vitor Paro (2001)

O mais grave é que esse descompasso entre teoria e prática nas políticas públicas em educação é realidade nas escolas, o qual traz prejuízos para eficácia da educação escolar em sua desejável contribuição para a transformação social. Isso porque, além de a teoria, por vezes, não se apropriar de elementos relevantes da prática, abstraindo sua concretude, a prática dos professores e demais educadores escolares, frequentemente, deixa de fazer uso de importantes contribuições teóricas presentes nos trabalhos dos estudiosos e idealizadores de políticas públicas. (p. 37)

Sabe-se, em geral, que as políticas públicas educacionais buscam resultados visíveis, que possam gerar gráficos crescentes e positivos dos índices de alfabetização, contudo não se pode analisar o grau de rendimento apenas por gráficos quantitativos, que muitas vezes mostram dados contrários a realidade das escolas públicas, como disse Gramsci (1978), “dado que não se pode existir quantidade sem qualidade e qualidade sem quantidade(...) toda contraposição dos dois termos é, racionalmente um contrassenso.”. Por isso, é necessário sairmos de um simples discurso de melhorias baseado em dados que muitas vezes sequer são de nossa região. Azevedo (2003, p. 38) definiu que “política pública é tudo o que um governo faz e deixa de fazer, com todos os impactos de suas ações e de suas omissões”, e isso engloba o fato de que muito precisa ser feito para que se alcance uma educação de qualidade. Portanto, políticas públicas educacionais dizem respeito às decisões do governo que têm incidência no ambiente escolar enquanto ambiente de ensino-aprendizagem.

CAPITULO 2

O PNAIC E AS DEMAIS POLITICAS QUE O CERCAM

O Pacto Nacional de Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) está na área de política pública educacional, o qual tem como principal objetivo alfabetizar crianças até os 8 anos de idade e formar professores alfabetizadores aptos para tal função. Nesse capítulo será explanado como o mesmo funciona e qual sua estrutura organizacional e como a Avaliação Nacional de Alfabetização (ANA) é aplicado nas escolas. Nos últimos pontos irei tratar um pouco das mudanças que todos esses terão para 2019 e da BNCC com a alfabetização.

2.1 A Estrutura organizacional do pacto

Assinado em novembro de 2012, com a adesão de 5240 municípios e os 27 estados da federação, o Pacto Nacional de Alfabetização na Idade Certa, PNAIC, é um programa educacional assumido pelo governo Federal, estados e municípios, a fim de que todas as crianças até os oito anos de idade, estejam alfabetizadas, o que corresponde ao 3º ano do ensino fundamental. Sendo assim, a criança até os oito anos de idade deve ter a compreensão mínima de escrita, leitura e operações básicas de matemática. O pacto é realizado através de quatro eixos principais que estão relacionados a formação continuada de professores, materiais didáticos, avaliações sistemáticas, gestão e mobilização e controle social. O qual segue a seguinte legislação:

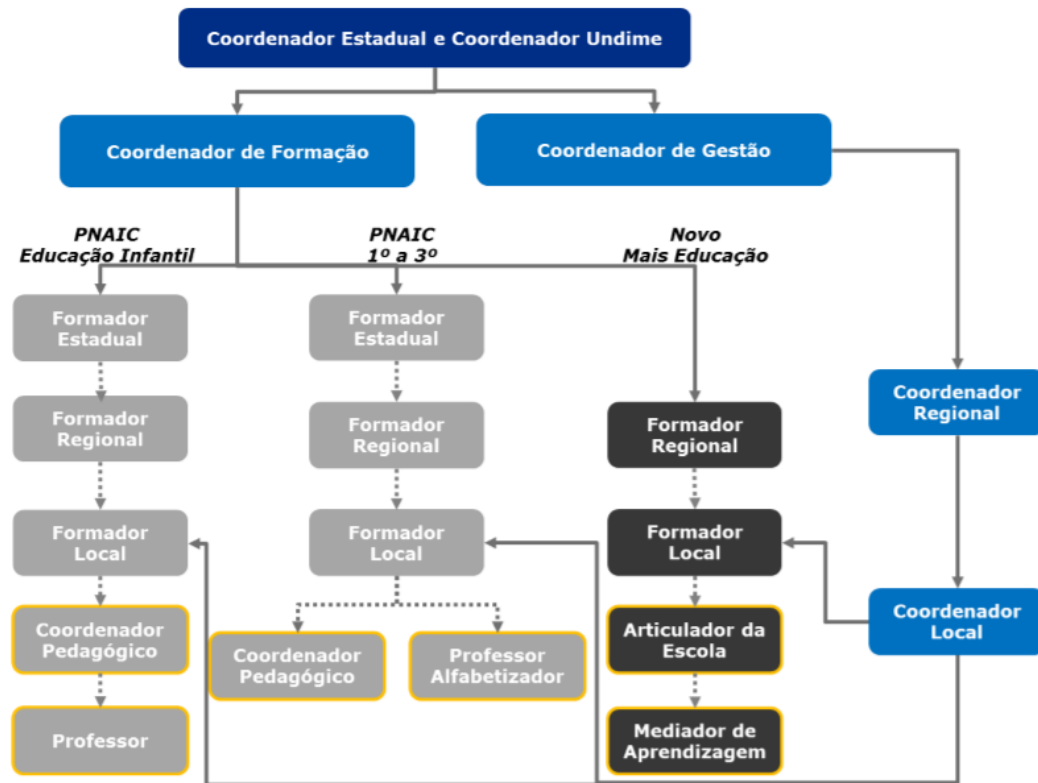
- Lei nº 12.801, de 24 de abril de 2013.
- Lei nº 11.273, de 6 de fevereiro de 2006.
- Resolução/CD/FNDE nº 10, de 4 de dezembro de 2015.
- Portaria MEC nº 279, de 6 de março de 2017.
- Portaria MEC nº 826, de 6 de julho de 2017.
- Portaria MEC nº 851, de 13 de julho de 2017.

O programa está diretamente ligado ao Plano Nacional de Educação (PNE) que na sua meta 5 tem como objetivo de alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º ano do ensino fundamental. Sendo assim, ao aderir ao Pacto, os entes governamentais comprometem-se a:

- I. Alfabetizar todas as crianças em língua portuguesa e em matemática.
- II. Realizar avaliações anuais universais, aplicadas pelo Inep, junto aos concluintes do 3º ano do ensino fundamental.
- III. No caso dos estados, apoiar os municípios que tenham aderido às Ações do Pacto, para sua efetiva implementação.

A princípio esses são os objetivos principais do pacto, partindo deles é distribuído os propósitos de cada eixo que compõe o programa. Vale lembrar que o principal eixo é a formação continuada de professores alfabetizadores, dentro dele é encaminhado os quatro eixos de atuação que irão trabalhar com o objetivo de alfabetizar as crianças até os oito anos de idade. Tendo em vista tais componentes destacamos como é abordado cada um dos quatro eixos de atuação do Pacto retirado do livro orientador que o MEC disponibiliza para a melhor concepção do programa.

I- Formação Continuada de Professores Alfabetizadores: Curso presencial de 2 anos para os professores alfabetizadores, com carga horária de 120 horas por ano, com base no programa Pró-Letramento, cuja metodologia propõe estudos e atividades práticas. Os encontros com os professores alfabetizadores serão conduzidos por orientadores de estudo. Os orientadores de estudo são professores das redes, que farão um curso específico, com 200 horas de duração por ano, ministrado por universidades públicas. É recomendável que os orientadores de estudo sejam selecionados entre a equipe de tutores formados pelo Pró-Letramento no município ou estado. Essa formação está articulada em vários setores etapas que foram organizados no organograma a seguir:



Fonte: (BRASIL. MEC. PNAIC em Ação. 2016, p 17)

II. **Materiais Didáticos e Pedagógicos:** Este eixo é formado por conjuntos de materiais específicos para alfabetização, tais como: livros didáticos (entregues pelo PNLD) e respectivos manuais do professor; obras pedagógicas complementares aos livros didáticos e acervos de dicionários de língua portuguesa (também distribuídos pelo PNLD); jogos pedagógicos de apoio à alfabetização; obras de referência, de literatura e de pesquisa (entregues pelo PNBE); obras de apoio pedagógico aos professores; e tecnologias educacionais de apoio à alfabetização. Além de novos conteúdos para alfabetização, muda também a quantidade de materiais entregues às escolas, cujos acervos serão calculados por número de turmas de alfabetização e não por escola, possibilitando aos docentes e alunos explorar melhor os conteúdos.

III. **Avaliações:** Este eixo reúne três componentes principais: avaliações processuais, debatidas durante o curso de formação, que podem ser desenvolvidas e realizadas continuamente pelo professor junto aos educandos. A segunda mudança refere-se à disponibilização de um sistema informatizado no qual os professores deverão inserir os resultados da Provinha Brasil de cada criança, no início e no final do 2º ano e que permitirá aos docentes e gestores analisar de forma agregada essas informações e adotar eventuais

ajustes. A terceira medida é a aplicação, junto aos alunos concluintes do 3º ano, de uma avaliação externa universal, pelo INEP, visando aferir o nível de alfabetização alcançado ao final do ciclo, e que possibilitará às redes implementar medidas e políticas corretivas. Também neste caso, o custo dos sistemas e das avaliações externas será assumido pelo Ministério da Educação. Em 2013, o Ministério da Educação publicou um edital informando os critérios de premiação e reconhecimento aos professores, escolas e redes de ensino que mais avançarem na alfabetização das suas crianças, considerando os resultados aferidos nas avaliações.

IV. Gestão, Controle Social e Mobilização: O arranjo institucional proposto para gerir o Pacto é formado por quatro instâncias: i) um Comitê Gestor Nacional; ii) uma coordenação institucional em cada estado, composta por diversas entidades, com atribuições estratégicas e de mobilização em torno dos objetivos do Pacto; iii) Coordenação Estadual, responsável pela implementação e monitoramento das ações em sua rede e pelo apoio à implementação nos municípios; e iv) Coordenação Municipal, responsável pela implementação e monitoramento das ações na sua rede. Ainda neste eixo, destaca-se a importância do sistema de monitoramento que será disponibilizado pelo MEC, destinado a apoiar as redes e a assegurar a implementação de diferentes etapas do Pacto. Por fim, ressalta-se também a ênfase do MEC no fortalecimento dos conselhos de educação, dos conselhos escolares e de outras instâncias comprometidas com a educação de qualidade nos estados e municípios.

Tendo em vista os eixos norteadores do Pacto e suas demais atividades, pode-se resumir a atividade alfabetizadora bem sucedida a qual é baseada em três atividades fundamentais, a formação continuada de professores alfabetizadores, a utilização de recursos didáticos pedagógicos e o acompanhamento da criança inserida nesse processo através de avaliações e pesquisas monitorais, a exemplo a província Brasil, a ANA, os censos e etc.

Observando o cenário da educação básica, foi constatado que o índice de crianças analfabetas até o 3º ano do ensino fundamental, ainda era alarmante no Censo de 2017, o mesmo estava em torno de 27,3% considerando que muitas crianças que não entraram nessa porcentagem estavam com noções básicas de leitura e escrita, sem muita compreensão de letramento. Levando em consideração que muitos professores alfabetizadores ainda se encontram sem o preparo devido para proceder no processo de alfabetização nos anos iniciais ou em classes multisseriadas. Outro problema diz respeito aos materiais disponíveis para esse processo, tendo em vista que é de fundamental importância que as crianças tenham acesso aos

livros e demais materiais, assim como o mesmo é indispensável para o trabalho dos professores.

O principal foco do Pacto é alfabetizar todas as crianças até os oito anos de idade, pois entende-se que a alfabetização é um direito da criança. E para que a distorção da idade-série seja sanada se faz necessário intervir com medidas provisórias que possam mostrar resultados satisfatórios.

Aos oito anos de idade, as crianças necessitam ter a compreensão do funcionamento do sistema de escrita; o domínio das correspondências grafofônicas, mesmo que dominem poucas convenções ortográficas irregulares e poucas regularidades que exijam conhecimentos morfológicos mais complexos; a fluência de leitura e o domínio de estratégias de compreensão e de produção de textos escritos. ((BRASIL, MEC. PNAIC. 2012, p 20)

Contudo, algumas pesquisas já puderam mostrar que o programa está de certa forma estagnado quanto aos seus resultados para a alfabetização. Números da Avaliação Nacional de Alfabetização (ANA) divulgados pelo Ministério da Educação (MEC) em outubro, mostram que houve pouco avanço em leitura, escrita e matemática entre 2014 e 2016. Para se ter uma ideia: dos mais de 2 milhões de alunos entre 7 e 10 anos que fizeram o exame em 2016, apenas 45,27% obtiveram um nível de proficiência considerado satisfatório para leitura. Em 2014, eram 43,83%. Outro fator determinante, é o fato de os professores alfabetizadores estarem ainda com pouca autonomia para trabalharem, assim como os gestores, estando ainda pouco preparados, não conseguem auxiliar professores o suficiente para buscar criar nas escolas um ambiente motivador de leitura e escrita para as crianças.

Diante disso, o MEC fez algumas alterações no Pacto com o intuito de sanar algumas deficiências existentes no programa, vale lembrar que, como diz Antônio Gomes Batista, coordenador de pesquisas do Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (Cenpec), “O MEC não fez, ainda, uma pesquisa profunda sobre o PNAIC em si. Ele é, antes de tudo, um programa de formação, e isso leva tempo para chegar à sala de aula”, explica. “Não se pode olhar só para os dados gerais e por região. Para ter uma ideia melhor do que está ocorrendo, seria necessário analisar o desempenho por estados e municípios”, argumenta Isabel Frade, diretora do Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita da UFMG. A mesma afirma que que é necessário avaliar que muitos fatores que causam o analfabetismo, estão fora de controle do PNAIC.

Ou seja, pelo fato do programa ainda ter poucos anos, levando em consideração que as políticas públicas levam certo tempo para mostrarem dados significativos, devemos reconsiderar os dados estatísticos do Pacto, sem deixar de se atentar para possíveis melhorias.

Diante disso no livro orientador do Programa para 2017, foram lançadas algumas novas perspectivas, assim como a reformulação de algumas que o programa já tinha, tais como:

- O fortalecimento do regime de colaboração e do diálogo entre União, Estados, Municípios, instituições formadoras e escolas;
- A ênfase na responsabilidade dos sistemas públicos de Educação Básica em realizar o diagnóstico da alfabetização e letramento dos estudantes de suas redes (inclusive com base nos boletins da ANA 2016, já de conhecimento das escolas), definir metas, acompanhar resultados e fazer a gestão do programa, respondendo pela qualidade da educação pública;
- A valorização do papel das IES como participantes da formação e da seleção dos melhores materiais de alfabetização, além de assumirem a produção de pesquisas relativas à docência, didática e a metodologias de ensino referentes à alfabetização, com a elaboração de estudos de casos ou artigos científicos que avaliem a formação e a gestão do PNAIC, deem visibilidade a boas práticas e sinalizem oportunidades de aperfeiçoamento;
- O estabelecimento da escola como locus preferencial da formação continuada, oferecendo um ambiente de paz, contrário a qualquer tipo de discriminação, propício à aprendizagem e à inclusão de todos, colocando o foco nos estudantes e na prática docente;
- O apoio à organização de uma equipe de gestão que desempenhará um papel gerencial e formativo com a coordenação de profissional escolhido pela seccional da Undime e pela UF;
- O repasse de recursos financeiros para aquisição de materiais de alfabetização selecionados pela seccional da Undime e pela UF, que devem responsabilizar-se pela qualidade e adequação à sua realidade;
- Apoio à constituição de equipes de formação que possam compreender as demandas de cada escola e implementar estratégias pedagógicas, inclusive as previstas na Meta 5 do PNE, apoiando concretamente os professores, os coordenadores pedagógicos e os diretores, para que todas as crianças concretizem, ano a ano, progressivamente, os direitos e os objetivos de aprendizagem que garantem a plena alfabetização

Com isso, o Pacto busca em perspectiva futura propiciar uma melhor articulação desses objetivos que até então estão com poucos resultados positivos, dando mais apoio na formação de professores e gestores, disponibilizando material pedagógico consistente, e assegurando

que os índices dos censos divulgados mostrem a realidade das escolas para que assim seja sempre trabalhado em cima das dificuldades permanentes.

A principal inovação no programa em 2017 refere-se a um direcionamento maior na intencionalidade pedagógica das formações e da atuação dos formadores, articulada a um modelo de fortalecimento da capacidade institucional local, reforçando a importância de ter, na estrutura de formação e gestão, atores locais altamente comprometidos com os processos formativos e de monitoramento, avaliação e intervenção pedagógica.

O fortalecimento da governança, por meio das estruturas estaduais, regionais e locais de formação e gestão, direcionadas pelo Comitê Gestor Estadual para a Alfabetização e o Letramento, com estrutura paritária de decisão entre Undime e Estado, busca incentivar o diálogo e a colaboração entre os entes públicos e garantir que as atividades formativas cheguem à sala de aula, respeitando as necessidades dos alunos de toda a rede de ensino.

A intenção é promover a cooperação federativa e apoiar a constituição de equipes de coordenadores vinculados às redes de ensino para que estas assegurem o acompanhamento das ações do programa e avaliem a aprendizagem dos estudantes, responsabilizando-se também: (a) pela definição de metas a serem alcançadas; e (b) pelos resultados da alfabetização em seus estados e municípios. (BRASIL. MEC. PNAIC. 2017, p 25)

Quanto a legislação, o que foi alterado para o PNAIC 2017 diz respeito à Portaria 1.273/2017, que altera a Portaria Interministerial 826/2017, que dispõe sobre o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), suas ações, diretrizes gerais e a ação de formação no âmbito do Programa Novo Mais Educação (PNME), revogando a Portaria MEC nº 867, de 4 de julho de 2012, e a Portaria MEC nº 1.458, de 14 de dezembro de 2012.

A nova Portaria traz alterações no art. 19, nos incisos I, II, III e XIII do artigo 36, o inciso I do artigo 40 do artigo 44 da Portaria do Ministério da Educação (MEC) 826/2017, que segue abaixo:

"Art. 19. Os coordenadores estaduais, indicados pelas secretarias de educação estaduais e distrital, os coordenadores Undime, de livre indicação pela seccional estadual da Undime, os coordenadores regionais, indicados pelos comitês gestores estaduais para alfabetização e letramento, os coordenadores locais, indicados pelas secretarias de educação estaduais, municipais e distrital, deverão atender aos seguintes requisitos: "

"Art. 36. O coordenador local deverá assumir as seguintes atribuições:

I - atuar como gestor das ações de formação em sua rede; (NR) II - supervisionar o desenvolvimento dos programas nas escolas de sua rede, por meio de visitas periódicas e preenchimento de protocolos de monitoramento para a produção de relatórios de gestão;

III - cadastrar, no SisPacto, os formadores locais selecionados, bem como os professores, coordenadores pedagógicos, articuladores da escola e mediadores de aprendizagem de sua rede; XIII - acompanhar os resultados das escolas de sua rede nas avaliações externas nacionais e a evolução das metas traçadas; e " (NR)

"Art. 40 O formador local será responsável por:

I - ministrar a formação em momentos presenciais à sua turma de professores, coordenadores pedagógicos e articuladores da escola em sua rede ou polo de formação; "

"Art. 44. É vedada a participação, nos Programas de que trata está Portaria, de servidores ocupantes de funções de confiança ou cargos em comissão com atribuições de direção no âmbito dos sistemas de ensino, salvo nos casos em que participe como coordenador pedagógico, professor da pré-escola, professor alfabetizador do 1º, 2º e 3º ano do ensino fundamental, articulador da escola ou mediador de aprendizagem."

Art. 2º Ficam acrescidos os §§ 1º e 2º ao art. 9º da Portaria MEC no 826, de 07 de julho de 2017, que passará a vigorar com a seguinte redação:

"Art.9. Caberá ao MEC:

§ 1º Os recursos para realização da Formação Continuada poderão ser transferidos por meio de descentralizações, convênios ou outras formas de transferência às Instituições Formadoras.

§ 2º As instituições formadoras utilizarão os recursos referidos no parágrafo anterior exclusivamente para a implementação das atividades necessárias à Formação Continuada no âmbito do PNAIC e PNME, podendo aplicá-los nas seguintes finalidades: material de consumo, contratação de serviços, apoio técnico e pagamento de diárias e passagens."

Diante disso, podemos compreender que as alterações no PNAIC levaram em consideração o acréscimo de novas políticas públicas como o Novo mais Educação que tem o intuito de auxiliar no processo de alfabetização e letramento do Pacto, no tocante a formação o Pacto passa atender os seguintes grupos:

- a) professores e coordenadores pedagógicos do 1º ao 3º ano do ensino fundamental permanecem como foco no processo de formação;
- b) professores da pré-escola e coordenadores pedagógicos da Educação Infantil; e
- c) Articuladores e mediadores de aprendizagem das escolas que fazem parte do Programa Novo Mais Educação.

Também será disponibilizado materiais didáticos para que os colaboradores do Novo Mais Educação possam trabalhar com intervenções nos alunos de 5º ao 9º ano do ensino fundamental, tendo em vista que sejam desenvolvidas atividades no contra turno das atividades escolares dos alunos. Assim como o MEC disponibilizara eletronicamente outros materiais de apoio ao colaborador, assim como diz o livro orientador.

Há, ainda, diversos outros materiais que podem potencializar a formação dos professores, coordenadores pedagógicos e articuladores como, por exemplo, os do Projeto Trilhas, também enviado às escolas públicas pelo MEC, o Alfalettrar/Cenpec, o Arvore de Livros e o Portal Ludoeducativo. A esse conjunto, agrega-se uma grande quantidade de materiais didáticos de outros programas de alfabetização, revistas, textos, depoimentos, sugestões de atividades, vídeos e inúmeros outros recursos encontrados em sites da Internet, dedicados ao tema da Alfabetização. Avaliada a qualidade desses recursos, eles poderão compor o acervo dos professores e inspirar novas produções, autônomas e personalizadas, resgatando a Alfabetização como um processo intencional e marcado por especificidade própria.

O MEC disponibilizará em portal próprio materiais liberados/licenciados por instituições diversas ou elaborados pelo PNAIC especificamente para os fins tratados neste documento. (BRASIL. MEC. PNAIC. 2017, p 15)

Em suma, podemos compreender que o PNAIC tem em suas metodologias um aporte teórico consistente para o processo de alfabetização e letramento, o mesmo também dispõe de um excelente material de apoio para professores alfabetizadores e gestores. É importante destacarmos que esse programa tem como principal objetivo uma questão que leva em consideração muitos fatores socioeconômicos e sociais, logo, como já foi explanado anteriormente, não se pode medir seu rendimento generalizando o analfabetismo dos alunos de até 8 anos apenas pelas dificuldades do programa, é necessário considerar todo contexto que envolve a criança.

Sendo assim, em termos técnicos e teóricos podemos afirmar que o programa é muito eficiente, vale agora compreender como está sendo realizado na prática, como o programa está sendo recebido nas escolas, e como os professores alfabetizadores estão fazendo uso dos conhecimentos que são passados nas formações, assim como o uso e manuseio dos materiais didáticos pedagógicos.

2.2 A Avaliação Nacional de Alfabetização (ANA) dentro Do PNAIC

Falar em PNAIC é também falar em ANA (Avaliação Nacional de Alfabetização), pois os dois estão intrinsicamente ligados, como já foi mencionado acima, a ANA ajuda a mensurar através de avaliações como está sendo o rendimento do PNAIC na alfabetização das crianças. Sendo assim, passamos agora a descrever um pouco de como a ANA funciona e também veremos alguns dos seus últimos gráficos de rendimento escolar.

A Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA) é uma avaliação externa que objetiva aferir os níveis de alfabetização e letramento em Língua Portuguesa (leitura e escrita) e Matemática dos estudantes do 3º ano do Ensino Fundamental das escolas públicas. As provas aplicadas aos alunos forneceram três resultados: desempenho em leitura, desempenho em matemática e desempenho em escrita.

Além dos testes de desempenho, que medem a proficiência dos estudantes nessas áreas, a ANA apresenta em sua primeira edição as seguintes informações contextuais: o Indicador de Nível Socioeconômico e o Indicador de Formação Docente da escola.

“Tendo em vista que a ANA pretende fazer um diagnóstico amplo do processo de alfabetização nas escolas públicas brasileiras, compreende-se que é necessário ir além de testar a aquisição de saberes pelas crianças nas áreas de Língua Portuguesa e Matemática ao longo do Ciclo de Alfabetização. Espera-se avaliar aspectos de contexto que envolvam a gestão escolar, a infraestrutura, a formação docente e a organização do trabalho pedagógico, entendidos como aspectos intervenientes no processo de aprendizagem. Desse modo, a ANA será constituída por cinco eixos que procuram verificar dados relativos às condições de oferta e ao nível de alfabetização e letramento em Língua Portuguesa e alfabetização em Matemática. O Inep prevê na ANA o desenvolvimento de ações com vistas ao atendimento específico para alunos com necessidades educativas especiais. Nesse sentido, vem discutindo o desenvolvimento de estratégias distintas, tais como construção de matrizes específicas e elaboração de instrumentos adaptados.” (BRASIL. MEC. PNAIC. 2017, p 10)

A ANA é censitária, portanto, será aplicada a todos os alunos matriculados no 3º ano do Ensino Fundamental. No caso de escolas multisseriadas, será aplicada a uma amostra. A aplicação e a correção serão feitas pelo INEP. Considera-se apropriado que o professor regente de classe esteja presente à aplicação.

A ANA tem como principais objetivos:

1. Avaliar o nível de alfabetização dos educandos no 3º ano do ensino fundamental;
2. Produzir indicadores sobre as condições de oferta de ensino;
3. Concorrer para a melhoria da qualidade de ensino e redução das desigualdades, em consonância com as metas e políticas estabelecidas pelas diretrizes da educação nacional.

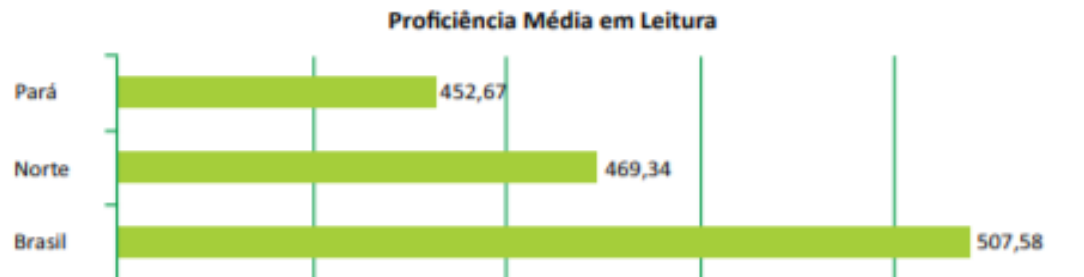
Partindo de tais conceitos da ANA podemos também verificar alguns de seus rendimentos de acordo com alguns gráficos que explicam um pouco dos graus de leitura e escrita do Censo de 2016.

LEITURA**40,4%**

dos estudantes estão no Nível 1. No Nível 1 consta a leitura de palavras com diferentes quantidades de sílabas e estruturas silábicas.

Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 4
40,4%	36%	19,7%	4%

Proficiência média dos estudantes em Leitura, segundo região geográfica e Unidade da Federação:



Fonte: Microdados do Saeb/ANA 2016/Inep.

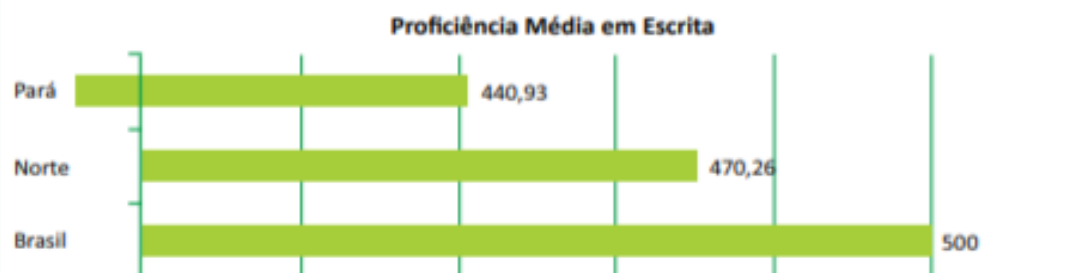
Verifica-se que a proficiência média do estado encontra-se abaixo das proficiências médias regional e nacional da avaliação de leitura.

ESCRITA**38,3%**

dos estudantes estão no Nível 4. No Nível 4 os estudantes provavelmente escrevem as palavras apresentadas corretamente, independente de sua complexidade, e atendem à proposta de construir uma narrativa, embora ainda possam incorrer em desvios que comprometem parcialmente o sentido desta. É preciso atenção ao fato de que 59,9% dos estudantes estão concentrados nos níveis 1, 2 e 3, que compreendem desde aqueles que ainda não escrevem palavras ou as escrevem de forma incompreensível até os estudantes que produzem textos com desvios que comprometem sua compreensão.

Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 4	Nível 5
28,6%	27,4%	3,9%	38,3%	1,8%

Proficiência média dos estudantes em Escrita, segundo região geográfica e Unidade da Federação:



Fonte: Microdados do Saeb/ANA 2016/Inep.

Verifica-se que a proficiência média do estado encontra-se abaixo das proficiências médias regional e nacional da avaliação de escrita.

■ PERFIL DOS ESTUDANTES PREVISTOS DO SAEB/ANA 2016

As informações a seguir referem-se a estudantes previstos do SAEB/ANA 2016:

Meninos



54,7%
dos estudantes são do sexo masculino

Meninas



45,3%
dos estudantes são do sexo feminino

Cor/Raça



46,8%
dos estudantes declarados pela escola são pardos, 6,8% brancos, 0,6% indígenas, 1,6% pretos, 0,2% amarelos e 44% não declarados

Distorção Idade-série



24,5%
dos estudantes do 3º ano do ensino fundamental em distorção idade-série, ou seja, têm 10 ou mais anos de idade nessa etapa

■ RESULTADOS DE PROFICIÊNCIA NO SAEB/ANA 2016

Quantidade de escolas previstas por dependência administrativa, localização e área:

2.860 escolas previstas						
Federais	Estaduais	Municipais	Urbanas	Rurais	Capital	Interior
2	240	2.618	1.446	1.414	197	2.663

Fonte: Microdados do Saeb/ANA 2016/Inep.

Quantidade de estudantes previstos por dependência administrativa, localização e área:

140.613 estudantes previstos para realização do SAEB/ANA 2016						
Federais	Estaduais	Municipais	Urbanas	Rurais	Capital	Interior
129	15.015	125.469	103.544	37.069	16.201	124.412

Fonte: Microdados do Saeb/ANA 2016/Inep.

140.613 estudantes previstos, sendo que:

82,4%
dos estudantes previstos estavam presentes nos testes de Leitura e Escrita

85,2%
dos estudantes previstos estavam presentes no teste de Matemática

Fonte: Microdados do Saeb/ANA 2016/Inep.

Os dados de resultado apresentados a seguir foram obtidos a partir das respostas dos estudantes presentes e se referem a todo o universo de estudantes previstos. Os dados destacam primeiramente o Nível de proficiência com maior concentração de estudantes no estado. Em seguida, apresenta-se a distribuição dos estudantes por nível na escala de proficiência em Leitura, Escrita e Matemática e, por fim, a média do Estado comparada com a média regional e nacional.

PARÁ



Na edição do SAEB/ANA 2016, participaram 2.860 escolas, das quais 1.894 tiveram seus resultados divulgados em Leitura e Escrita e 2.124 em Matemática.

■ **REDES MUNICIPAIS** – 100% dos municípios do estado possuem rede municipal que ofertam turmas no 3º ano do Ensino Fundamental. Essa cobertura é distribuída em 2.752 escolas municipais no estado.

■ **ESCOLAS** – O estado possui 3.635 escolas que atendem ao 3º ano do Ensino Fundamental. Dessas, duas são federais, 250 são estaduais, 2.752 municipais e 631 privadas. Ao todo são 2.077 escolas urbanas e 1.558 rurais.

■ **ESTUDANTES** – O estado possui 157.101 estudantes matriculados no 3º ano do Ensino Fundamental. Desses, 129 estão matriculados em escolas federais, 15.080, em escolas estaduais, 126.542 em escolas municipais e 15.350 em escolas privadas. Ao todo são 118.724 estudantes matriculados em escolas urbanas e 38.377 em escolas rurais.

INDICADORES DO PÚBLICO-ALVO DO SAEB/ANA 2016

As informações a seguir referem-se a escolas, docentes, turmas e estudantes do público-alvo¹³ da avaliação.

Formação Docente



50,3%
dos docentes do estado
possuem a formação
considerada adequada

Complexidade da Gestão das Escolas¹⁴



33,4%
das escolas têm porte entre 50
e 300 matrículas, funcionam em
2 turnos, com oferta de até 2
etapas de ensino

Tamanho das Turmas



53,1%
das turmas possuem
até 24 alunos por
turma¹⁵

Acessibilidade



23,9%
das escolas possuem
dependências acessíveis ao
público com deficiência e 37%
possuem banheiros acessíveis

Acesso à Internet e uso de Computadores



52,8%
das escolas possuem acesso
à Internet e 53,6% possuem
computadores para uso dos
alunos

Biblioteca e Sala de Leitura



26,6%
das escolas possuem Biblioteca
e 30% possuem Sala de Leitura

Nível Socioeconômico¹⁶



37,2%
das escolas são classificadas
como MÉDIO BAIXO
no Indicador de Nível
Socioeconômico

Tempo Integral



6,6%
dos estudantes estão
matriculados em tempo
integral

¹³ As definições de público-alvo, estudantes matriculados e estudantes previstos constam no Quadro de Conceitos do presente relatório.

¹⁴ O dado refere-se ao nível de complexidade de gestão predominante nesta UF.

¹⁵ O limite de 24 alunos por turma nas séries iniciais do Ensino Fundamental é uma condição para a garantia dos padrões mínimos de qualidade de ensino para a Educação Básica pública considerada no cálculo do Custo Aluno – Qualidade Inicial (CAQI), cuja implantação foi endossada pelo Plano Nacional de Educação – PNE 2014 – 2024 (Meta 20 da Lei 13.005, de 25 junho de 2014).

¹⁶ O dado refere-se ao percentual de predominância nesta UF.

Esses primeiros gráficos nos mostram um pouco de como estava o grau de alfabetização em 2016, que foi o último Censo feito pelo IBGE, para muitos são dados preocupantes pois muitos dizem que não chegam nem perto do que se esperava depois da implantação do PNAIC. Segundo o site NOVA ESCOLA, esses dados estariam mostrando que o PNAIC está praticamente estagnado,

Um projeto quase estagnado. Números da Avaliação Nacional de Alfabetização (ANA) divulgados pelo Ministério da Educação (MEC) em outubro mostram que houve pouco avanço em leitura, escrita e matemática entre 2014 e 2016. Para se ter uma ideia: dos mais de 2 milhões de alunos entre 7 e 10 anos que fizeram o exame em 2016, apenas 45,27% obtiveram um nível de proficiência considerado satisfatório para leitura. Em 2014, eram 43,83%. Esses dados aparecem cinco anos depois de o MEC ter lançado o Pacto Nacional de Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), criado justamente para tentar mudar a situação. Inspirado em políticas que deram certo no Ceará, o PNAIC apostou em parceria direta com os municípios, além de distribuir materiais didáticos e realizar programas de formação docente por meio de universidades públicas. Foi nesse contexto que a ANA surgiu: para acompanhar o impacto das ações no aprendizado das crianças. (NOVA ESCOLA, 2019)

Mesmo que a ANA tenha sido criada em 2013, muitos especialistas da área afirmam que o tempo que o PNAIC tem, o permite tais dados, pois afirmam que tecnicamente ainda é pouco tempo para se ter dados mais avançados, a tendência é que quando uma política é introduzida se espere alguns anos para que a mesma comece a dar resultados

Antônio Gomes Batista, coordenador de pesquisas do Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (Cenpec) indaga outra situação. “O MEC não fez, ainda, uma pesquisa profunda sobre o PNAIC em si. Ele é, antes de tudo, um programa de formação, e isso leva tempo para chegar à sala de aula”, explica. “Não se pode olhar só para os dados gerais e por região. Para ter uma ideia melhor do que está ocorrendo, seria necessário analisar o desempenho por estados e municípios”.

Muitos questionamentos são levantados a respeito das medidas que estão sendo tomadas quanto ao programa, é necessário se olhar com cautela quanto cada ação que será tomada.

Diante da ausência de uma avaliação mais profunda sobre o PNAIC, as medidas divulgadas pelo MEC, como a colocação de um segundo educador dentro da sala, podem ser um tiro no escuro. “A meu ver, o problema principal é que estados e os municípios não conseguem estabelecer uma política de formação e de acompanhamento de resultados “O PNAIC, por exemplo, praticamente descarta a participação das redes estaduais. Não há clareza se essa nova política resolverá esse problema de desarticulação”, completa. A política anunciada pelo MEC sinaliza para uma maior integração das redes públicas às ações. Mas, a exemplo do que fez na reforma do Ensino Médio, o ministério pouco avançou nos detalhes do que será feito. O PNAIC, portanto, pode ser alterado antes mesmo de seus resultados serem melhor avaliados – e por experiências pouco testadas na Educação Brasileira. (NOVA ESCOLA, 2019).

Segundo o MEC, os níveis de alfabetização dos brasileiros em 2016 são praticamente os mesmos de 2014. Mais da metade dos alunos do 3º ano do Fundamental teve nível insuficiente nas provas de leitura e matemática. A terceira edição da ANA foi aplicada pelo Inep entre 14 e 25 de novembro de 2016 e foram avaliadas 48,8 mil escolas, 106,6 mil turmas e 2,2 milhões de estudantes (90% deles com 8 anos de idade).

Vejam alguns dados relevantes:

- 54,73% dos alunos avaliados em 2016 têm nível de leitura elementar ou básico, ou seja, insuficiente. Em 2014, a taxa era de 56,17%. Isso significa que mais da metade dos alunos do 3º ano tenha dificuldade ou incapacidade de um texto como convite ou receita culinária ou localizar informação explícita em textos de até cinco
- 34% apresentaram proficiência insuficiente em escrita. Entre as dificuldades deste grupo, está a produção de textos legíveis sem troca ou omissão de letras. Como a metodologia desta prova mudou de 2014 para 2016, não é possível fazer a comparação com os últimos dados.
- 54,46% dos avaliados têm nível insuficiente em Matemática. Em 2014, o índice era de 57,07%. Estes alunos podem não reconhecer nomenclatura de figura geométrica plana, associar a escrita por extenso a número de três algarismos ou reconhecer o valor monetário de uma cédula.

Podemos ver um pouco mais desses números nos quadros a seguir, retirados do site do MEC:



DE OLHO NA EQUIDADE

As desigualdades que marcam os resultados da ANA devem ser analisadas com atenção. As diferenças de aprendizagem apresentam-se já no início do Ensino Fundamental, especialmente entre os diferentes níveis socioeconômicos (NSE) e os alunos da zona rural e da zona urbana.

29,8% dos alunos da rede pública de 3ª ano do Ensino Fundamental apresentam nível suficiente de Leitura na zona rural, contra 47,7% da zona urbana.

17,1% das crianças com NSE muito baixo possuem nível suficiente de alfabetização em Matemática, segundo os critérios da ANA. Esse nível é alcançado por 85,5% dos alunos com NSE muito alto.

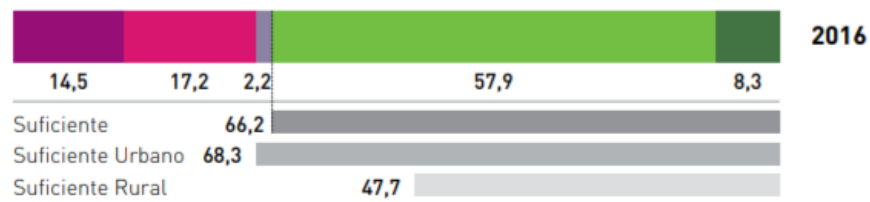
Porcentagem de alunos do 3º ano do Ensino Fundamental por nível de proficiência em Leitura – Brasil – 2014 e 2016



Fonte: MEC/Inep/DAEB – Avaliação Nacional da Alfabetização.

Notas: O MEC considera que possuem nível suficiente de proficiência os alunos que se encontram nos níveis 3 e 4. Para acesso à escala de Leitura da ANA/Inep/MEC, a descrição dos níveis está disponível na página 141.

Porcentagem de alunos do 3º ano do Ensino Fundamental por nível suficiente de proficiência em Escrita – Brasil – 2016



Fonte: MEC/Inep/DAEB – Avaliação Nacional da Alfabetização.

Notas: O MEC considera que possuem nível suficiente de proficiência os alunos que se encontram nos níveis 4 e 5. Para acesso à escala de Escrita da ANA/Inep/MEC, a descrição dos níveis está disponível na página 141. Conforme informado pelo Inep, houve mudanças metodológicas entre as edições de 2014 e 2016, o que impossibilita a comparação dos dados de Escrita.

Podemos observar que muitas coisas precisam ser revistas ao se analisar esses dados, levando em consideração os fatores que são concernentes a alfabetização até os oito anos, partindo disso muitas mudanças foram feitas com o intuito de aperfeiçoar o PNAIC e dar um avanço nesses dados estatísticos, os quais serão descritos no próximo ponto.

2.3 As Mudanças para 2019

Em outubro de 2017, quando o MEC anunciou os resultados da ANA de 2016, também foram divulgadas as mudanças que entraram em vigor em 2019, e um dos principais pontos foi o fato de que as provas de alfabetização foram antecipadas para serem aplicadas aos alunos do 2º ano do ensino fundamental, e não mais para os de 3º anos, como é explicitado no PNAIC. Assim sendo, os alunos serão avaliados com uma nova matriz de referência, adequando-se à BNCC. A Base antecipou a meta de alfabetização do país para a

faixa etária de sete anos, idade em que a criança está matriculada no segundo ano. “Teremos em 2019, pela primeira vez, a aplicação da prova da alfabetização ao final do segundo ano, pegando mais de 70% das crianças com oito anos e alinhado com a BNCC”, explicou Rossieli Soares.

As siglas ANA, Prova Brasil, entre outras, deixam de existir e todas as avaliações passam a ser identificadas pelo nome Saeb, acompanhado das etapas, áreas de conhecimento e tipos de instrumentos envolvidos. As aplicações se concentrarão nos anos ímpares e a divulgação dos resultados, nos anos pares. Um dos destaques é a afirmação de dimensões da qualidade educacional que extrapolam a aferição de proficiências em testes cognitivos. Dentro do atual modelo, o Saeb avalia os estudantes em língua portuguesa e matemática. A partir de 2019, os estudantes do nono ano passarão por questões de ciências da natureza e ciências humanas.

No portal Todos Pela Educação vemos um pequeno resumo da abrangência dessas mudanças, que podemos conferir a seguir:

Educação infantil

Um ponto de destaque foi a inclusão da Educação Infantil no sistema de avaliação. Assim, o Saeb vai abranger toda a Educação Básica, a partir da Creche. Mas as crianças pequenas não terão de prestar nenhum exame. A avaliação, que ainda está sendo elaborada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), será aplicada por meio de questionários respondidos pelos professores.

Datas

As datas de aplicação dos exames foram unificadas – antes, ANA, Prova Brasil e Saeb tinham calendários diferentes. Os exames serão realizados em anos ímpares e os resultados, divulgados em anos pares. Dessa forma, a edição da ANA que seria aplicada em 2018 foi suspensa - a prova que vai verificar o nível de alfabetização, ficou para 2019.

Anos de aplicação

A série em que a alfabetização será medida também mudou. Para respeitar a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que antecipou o fim do ciclo de alfabetização do 3º para o 2º ano, o exame será aplicado aos estudantes do 2º ano. Como antes, além da prova de português, os alunos também responderão a questões de matemática. Assim, passam a ser avaliados estudantes de 2º, 5º e 9º anos do Fundamental e do 3º ano do Ensino Médio.

Ciências

Antes, as provas abrangiam apenas conhecimentos de matemática e português. A partir de 2019, os alunos do 9º ano farão provas também de ciências da natureza e ciências humanas, em uma tentativa de aproximar os exames brasileiros do Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa) e verificar aprendizados de forma mais ampla. O governo estuda estender as provas de ciências para outros anos letivos, mas ainda não há prazos para isso.

Nova matriz

O Inep, órgão responsável por elaborar e aplicar as provas, está mudando a chamada matriz de avaliação (os conteúdos dos quais tratam as questões do exame) para as provas do 2º ano do Ensino Fundamental e criando a matriz de ciências. A ideia é que essas provas em 2019 já contemplem os conhecimentos previstos na BNCC.

Ideb

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), o principal indicador de qualidade da Educação brasileira, era calculado usando as notas da Prova Brasil e a taxa de rendimento escolar (aprovação). Para continuar a série histórica, as notas em ciências da natureza e ciências humanas dos alunos de 9º ano serão desconsideradas na composição do Ideb.

Rede particular

A aplicação das provas do Saeb é obrigatória nas escolas públicas do País e continua facultativa na rede particular. Mas agora todos os colégios privados receberão os resultados individuais da instituição (o que acontece, desde 2017, apenas para o Ensino Médio). A expectativa do Ministério é que isso estimule a participação voluntária.

Próximos passos

O MEC promete testar uma versão digital das avaliações: em vez de responder um caderno em papel, os estudantes poderiam fazer a prova por meio eletrônico. Também fará estudos exploratórios sobre as possibilidades de aferir as habilidades socioemocionais.

2.4 BNCC e Alfabetização

Conforme definido na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996), a Base deve nortear os currículos dos sistemas e redes de ensino das Unidades Federativas, como também as propostas pedagógicas de todas as escolas públicas e privadas de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, em todo o Brasil.

A Base estabelece conhecimentos, competências e habilidades que se espera que todos os estudantes desenvolvam ao longo da escolaridade básica. Orientada pelos princípios éticos, políticos e estéticos traçados pelas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica, a Base soma-se aos propósitos que direcionam a educação brasileira para a formação humana integral e para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.

A BNCC enfatiza as particularidades da alfabetização e propõe o entrelaçamento de duas linhas de ensino, a saber, um a que indica a centralidade do texto e para o trabalho com as práticas sociais de leitura e escrita, e outra que some a isso o planejamento de atividades que permitam aos alunos refletir sobre o sistema de escrita alfabética (estudar, por exemplo, as relações entre sons e letras e investigar com quantas e quais letras se escreve uma palavra, e onde elas devem estar posicionadas ou como se organizam as sílabas).

Ao assumir essa postura, o documento considera as contribuições da perspectiva construtivista, principalmente os estudos sobre os processos pelos quais as crianças passam para se apropriar da escrita. Mas também aponta ser preciso um trabalho com a consciência fonológica e com conhecimento das letras para ajudar a criança a evoluir em suas hipóteses de escrita.

Essa opção pela alfabetização explícita gerou muitas discussões e resistência entre os especialistas durante a elaboração da BNCC, mas prevaleceu o entendimento de que as crianças aprendem de diferentes maneiras e esta pode ser uma alternativa para a parcela que não tem sido alfabetizada apenas pelas propostas das diretrizes anteriores. Indicar a inclusão de atividades específicas sobre notação alfabética não significa desprezar a imersão no texto e sua função social nem estabelecer uma ordem de prioridade entre os dois trabalhos. Até porque não basta dominar o sistema de escrita para estar alfabetizado. É preciso também ser capaz de ler e escrever textos de diversos gêneros. Um processo que o próprio documento indica ter continuidade a partir do 3º ano, quando a ênfase é na ortografização.

Vale frisar que, ao contrário dos PCNs, que ofereciam ao professor orientações didáticas e elementos para a avaliação, a Base não trata dessas partes. O documento se concentra na proposição das competências e habilidades essenciais que todos os alunos devem desenvolver a cada ano e etapa da Educação Básica, ou seja, o foco está em “o que ensinar”.

A construção do “como ensinar” virá nos currículos, cuja revisão está a cargo de redes, escolas e docentes.

Alfabetização em dois anos

O ano de escolaridade limite para uma pessoa aprender a ler e escrever foi uma das questões mais discutidas durante a elaboração da BNCC. O Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), que é a diretriz anterior, coloca como prazo-limite o 3º ano. A BNCC antecipou para o 2º ano e aponta que, no 3º ano, o processo continua com mais foco na ortografia.

Campos de atuação como eixo estruturante

Novidade importante trazida pela BNCC, os campos de atuação representam, na organização do documento, papel de eixo estruturante tanto quanto as práticas de linguagem. Essa opção evidencia a proposta de contextualizar a construção do conhecimento. A ideia de que as práticas de linguagem estão na vida social e devem ser levadas à escola em situações reais em que se fazem necessários seus usos. Para os anos iniciais, são quatro os campos: vida cotidiana, artístico-literário, práticas de estudo e pesquisa e vida pública.

Destaque para o multiletramento

A ampliação no uso da tecnologia alterou as práticas de linguagem na sociedade atual. A BNCC reflete isso ao dar ênfase ao ensino das especificidades da leitura e da escrita em ambientes digitais, entre outros. Os gêneros clássicos (conto, crônica, entrevista, notícia, tirinha, receita etc) estão presentes no documento, mas ele abriu espaço também a novos gêneros (como chats, tweets, posts, ezinesetc) e a textos multissemióticos e multimidiáticos, que consideram, além do escrito, imagens estáticas (fotos, pinturas, ilustrações, infográficos, desenho) ou em movimento (vídeos, filmes etc) e som (áudios, música) – componentes que também atribuem significado à mensagem. Para os anos iniciais, cabe ao professor contribuir para a construção desse multiletramento e qualificar as produções e a utilização das ferramentas digitais considerando também os aspectos éticos, estéticos e políticos.

METODOLOGIA

A pesquisa contou inicialmente com um levantamento bibliográfico dos autores concernentes ao tema, e, por conseguinte foram realizadas visitas à Secretaria de Educação, que proporcionaram algumas entrevistas e aplicação de questionários que serviram como suporte para abordar as metodologias utilizadas pelos profissionais da educação dentro do processo de alfabetização oferecido pelo PNAIC.

Utilizei a entrevista semiestruturada por compreender que a mesma é de fundamental importância para a aquisição de dados dentro de uma pesquisa, contudo tive alguns impasses para conseguir as mesmas, visto que muitos desses profissionais que eu buscava estavam com suas agendas lotadas, sendo assim, em alguns momentos foram utilizados apenas a aplicação de questionários, onde os mesmos foram respondidos e me entregue em outro momento.

Para Manzini (1990/1991, p. 154), a entrevista semiestruturadas está focalizada em um assunto sobre o qual confeccionamos um roteiro com perguntas principais, complementadas por outras questões inerentes às circunstâncias momentâneas à entrevista. Para o autor, esse tipo de entrevista pode fazer emergir informações de forma mais livre e as respostas não estão condicionadas a uma padronização de alternativas.

É importante salientar também que a aplicação de questionários é de grande valia para que se possa coletar dados, através dele é possível recolher informações importantes que muitas vezes não conseguimos alcançar em uma entrevista. Ele facilita bastante também quando o público alvo é mais retraído ou não tem um tempo disponível para que possa atender ao pesquisador, que foi o caso dos pais de alunos e professores da pesquisa em questão.

De acordo com Selltiz et al. (1974) a elaboração de questionários é o marco fundamental para que se possa alcançar dados satisfatórios, na sua confecção o pesquisador deve ter em mente um ponto chave que deseja alcançar, e assim buscar elaborar perguntas que rodeiem sua temática. Para a autora, quando um questionário não é bem elaborado, o mesmo deixa de contemplar os objetivos específicos da pesquisa.

Para uma abordagem aprofundada do assunto busquei utilizar da pesquisa qualitativa que se trata de um método de investigação científica que se foca no caráter subjetivo do objeto analisado, onde pude analisar as particularidades de cada conteúdo tratado. Dessa forma busquei analisar com cautela autores indispensáveis para os assuntos abordados.

A pesquisa qualitativa é conhecida também como "estudo de campo", "estudo qualitativo", "interacionismo simbólico", "perspectiva interna", "interpretativa", "etnometodologia", "ecológica", "descritiva", "observação participante", "entrevista qualitativa", "abordagem de estudo de caso", "pesquisa participante", "pesquisa

fenomenológica", "pesquisa-ação", "pesquisa naturalista", "entrevista em profundidade", "pesquisa qualitativa e fenomenológica", e outras [...]. Sob esses nomes, em geral, não obstante, devemos estar alertas em relação, pelo menos, a dois aspectos. Alguns desses enfoques rejeitam total ou parcialmente o ponto de vista quantitativo na pesquisa educacional; e outros denunciam, claramente, os suportes teóricos sobre os quais elaboraram seus postulados interpretativos da realidade (TRIVIÑOS, 1987, p. 124).

O presente trabalho se caracteriza como um estudo de caso o qual trabalha especificamente com o intuito de analisar uma determinada situação contextualizada em um determinado local, o qual em questão de trata do processo de alfabetização dentro do PNAIC no município de Abaetetuba. Sendo assim, dentro dessa modalidade de pesquisa que de acordo com Chizzotto (2013, p. 136) é uma busca intensiva por determinado tema, procurei analisar e observar diversos fatores que pudessem dar suporte para a aquisição de dados válidos para minha pesquisa.

O estudo de caso apresenta características fundamentais. Essas características são:

- 1 – Os estudos de caso visam à descoberta.
- 2 – Os estudos de caso enfatizam a ‘interpretação em contexto’.
- 3 – Os estudos de caso buscam retratar a realidade de forma completa e profunda.
- 4 – Os estudos de caso usam uma variedade de fontes de informação.
- 5 – Os estudos de caso revelam experiência vicária e permitem generalizações naturalísticas.
- 6 – Estudos de caso procuram representar os diferentes e às vezes conflitantes pontos de vista presentes numa situação social.
- 7 – Os relatos de estudo de caso utilizam uma linguagem e uma forma mais acessível do que os outros relatórios de pesquisa (LÜDKE E ANDRÉ, 1986, p. 18-20).

Segundo Lüdke e André (1986) o estudo de caso é caracterizado como um importante método que dá suporte para que a pesquisa tenha contornos bem definidos, nele o pesquisador usa de variadas formas para coletar dados, visto que dentro dele se pode ter a liberdade de investigação para se alcançar as informações necessárias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As políticas públicas têm uma função fundamental no desenvolvimento do país, sabemos que através delas é possível garantir grandes melhorias em vários setores como Educação, saúde, saneamento básico e etc. Contudo, quando não se tem um bom desempenho da mesma, é como se só se tivesse mais um papel falando palavras bonitas que aparentemente são utópicas, mas sabemos que não precisa ser assim, é sim possível se ter políticas que possam vigorar bem e atender o que nela é proposto.

Partindo de tal pressuposto, podemos considerar a principal política pública estudada nessa pesquisa, PNAIC, a qual tem o seu principal foco na alfabetização até os 8 anos e na formação de professores alfabetizadores. Sendo que o foco da pesquisa foi falar da metodologia do Pacto para a alfabetização.

Na realidade estudada podemos perceber que a teoria das maiores políticas públicas educacionais é linda, contudo, quando vemos a fundo como a mesma está sendo desenvolvida nos municípios, pude perceber que falta muita coisa para que ela alcance o que é proposto em seus documentos oficiais. Ao analisar o documento orientador do Programa, vemos uma estrutura organizacional muito bem estruturada, mas na realidade não é destinado a verba e o corpo organizacional necessárias para que se cumpra tal estrutura.

Diante disso, pude perceber que na verdade o programa não está em nem 50% do seu percentual de objetivos alcançados e que o mesmo teria grandes rendimentos se fosse dado uma maior credibilidade tanto do governo quanto dos profissionais da educação.

Apesar de tantas dificuldades, quero também mencionar os pontos positivos do programa, onde o mesmo durante os anos que estava sendo realizado, trabalhou bastante na formação de professores alfabetizadores.

Outro fator muito importante realizado no programa foi a entrega de materiais para as escolas, onde as mesmas recebiam diversos livros de histórias para que pudessem incentivar a leitura dos seus alunos, mesmo que muitas escolas não fizesse uso deles, as quais usavam o material para oficinas de leitura, ou até mesmo para dar para os alunos, tinham grande proveito.

Para finalizar podemos nos indagar diversas situações quanto as políticas públicas educacionais e como as mesmas são vigoras nos municípios, no entanto quero aqui colocar que nós como profissionais da educação temos dado as mesmas, se temos utilizado ao máximo dos recursos disponibilizados pelo governo, os quais são bem poucos, e principalmente se temos lutado por aquilo que é proposto, sabendo que as limitações são

muitas, contudo não podemos nos contentar com pouco, afinal, a educação é o que nos faz crescer.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AVALIAÇÃO NACIONAL DA ALFABETIZAÇÃO (ANA): **documento básico**. – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2013.

AZEVEDO, S. de. **Políticas públicas: discutindo modelos e alguns problemas de implementação**. In: SANTOS JUNIOR, O. A. Dos (et. al.). Políticas públicas e gestão local: programa interdisciplinar de capacitação de conselheiros municipais. Rio de Janeiro: FASE, 2003.

BRASIL. **PNAIC em ação 2017: documento orientador das ações de formação continuada de professores alfabetizadores em 2017**. Brasília: SEB/MEC, 2016.

BRASIL. **Portaria Nº 867, de 4 de julho de 2012. Institui o Pacto pela Educação na Idade Certa e as ações do Pacto e define suas diretrizes gerais**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 5 jul. 2012. Seção 1, n. 129, p. 22-23.

BRASIL. **Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. Pacto nacional pela alfabetização na idade certa : currículo na alfabetização : concepções e princípios : ano 1 : unidade 1** / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. -- Brasília : MEC, SEB, 2012.

CHIZZOTTO, A. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013

DOURADO, L. F. e PARO, V. H. (orgs). **Políticas Públicas e Educação Básica**. São Paulo: Xamã, 2001.

FEREIRO, Emília. **Com todas as Letras** / Emília Ferreiro; tradução de Maria Zilda da Cunha Lopes; retradução e cotejo de textos Sandra Trabucco Valenzuela. – 9. ed. – São Paulo: Cortez, 2001. Biblioteca da Educação – Série 8 – Atualidades em educação – v 2.

_____, Emília; TEBEROSKY, Ana (1985). **Psicogênese da língua escrita**. Tradução de Diana M. Linchestein et al. Porte Alegre: Artes Médicas.

_____, Emília. **Reflexões sobre alfabetização**/ Emília Ferreiro: Tradução Horácio Gonzales (et. al), 24. Ed. Atualizada – São Paulo: Cortez, 2001. – (Coleções da nossa época; v.14).

FREITAS, Katia Siqueira de. **Uma Inter-relação: políticas públicas, gestão democrático participativa na escola pública e formação da equipe escolar**. Em Aberto, Brasília, v. 17. 2000.

LEITE, Maici Duarte; TRIBECK, Priscila Meier de Andrade. **Alfabetização e letramento: dos métodos tradicionais à perspectiva social do alfabetizar letrando**. Revista Rtle: Experiências Educativas. Paraná. Publicado em Maio de 2015.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

GRAMSCI, A. **Concepção Dialética da História**. 2ª ed. Rio de Janeiro, Civ-Brasileira, 1978. Sível recolher infor.

MANZINI, E. J. **A entrevista na pesquisa social**. Didática, São Paulo, v. 26/27, p. 149-158, 1990/1991

NOVA ESCOLA. **Alfabetização no Brasil**. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/7096/a-alfabetizacao-no-brasil-nao-avanca-sera-que-o-pnaic-falhou>. Acesso em: fev. 2019.

PICCOLI, Luciana. **Práticas pedagógicas no processo de alfabetização e de letramento: análises a partir dos campos da sociologia da linguagem** [manuscrito] / Luciana Piccoli, orientadora: Maria Helena Degani Velt. –Porto Alegre, 2009. 207f.

SELLTIZ, Claire et al. **Métodos de pesquisa nas relações sociais**. 3ª ed. São Paulo: E.P.U, 1974.

SOARES, Magda. **Letramento e escolarização**. In: RIBEIRO, Vera Masagão. (org.) **Letramento no Brasil: reflexões a partir do Inaf 2001**. São Paulo: Global, 2003.

_____, Magda. **Letramento: um tema em três gêneros**- 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica 2014.

_____, Magda. **Oralidade, alfabetização e letramento**. Revista Pátio Educação Infantil-Ano VII-Nº20. Jul/Out. 2009. Disponível em: <http://falandospequenos.blospot.com/alfabetizacao-e-letramento-na-educacao-html> Acesso em: 20 out. 2018

SOUZA, Celina. **Políticas públicas: questões temáticas e de pesquisa**. Caderno CRH, Salvador, n. 39, jul./dez. 2003.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. Três enfoques na pesquisa em ciências sociais: o positivismo, a fenomenologia e o marxismo. In: _____. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 1987.

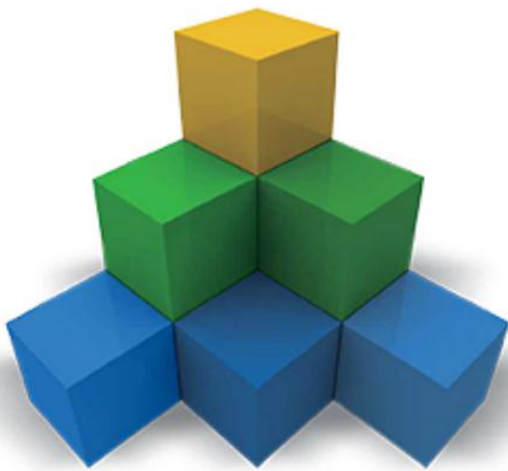
ANEXOS

ANEXO A: LOGOS DOS PRINCIPAIS PROGRAMAS CITADOS



PNAIC

Pacto Nacional pela
Alfabetização na Idade Certa



BASE
NACIONAL
COMUM
CURRICULAR

EDUCAÇÃO É A BASE

INEP

Instituto Nacional de Estudos
e Pesquisas Educacionais
Anísio Teixeira



saeb

Sistema de Avaliação da
Educação Básica



**AVALIAÇÃO NACIONAL
DA ALFABETIZAÇÃO**

NOVO



MAIS EDUCAÇÃO

